

## A Transição para o Capitalismo e a Elaboração do Pensamento Mercantilista

A sociedade medieval era essencialmente agrária. A hierarquia social baseava-se nos vínculos que os indivíduos mantinham com a terra; as atividades agrícolas sustentavam todo o sistema social. Paradoxalmente, contudo, o crescimento da produtividade agrícola desencadeou uma série de mudanças profundas que se prolongaram por vários séculos, culminando na dissolução do feudalismo medieval e no surgimento do capitalismo.

### *Mudanças Tecnológicas*

A substituição do sistema de rodízio de cultura em dois campos pelo sistema de rodízio em três campos foi o avanço tecnológico mais importante ocorrido na Idade Média. Em verdade, embora ainda no século VIII este sistema já tivesse sido introduzido na Europa, somente por volta do século XI sua utilização se difundiu.

O sistema primitivo consistia em cultivar a mesma terra durante todo o ano, o que acarretava o rápido esgotamento do solo e, passado algum tempo, a sua inutilização para a agricultura. Já no sistema de rodízio em dois campos, metade da terra, depois de ter sido cultivada no ano anterior, permanecia em pouso para recuperar sua fertilidade.

Com a introdução do sistema de rodízio em três campos, a terra arável passou a ser dividida em três áreas com as mesmas dimensões. No outono, plantava-se centeio ou trigo no primeiro campo, e na primavera ou no verão, realizava-se a colheita. No segundo campo,

plantava-se aveia, ou feijão ou ervilha na primavera. O terceiro ficava em pouso. A cada ano, processava-se um rodízio na utilização dos três campos. Em cada campo, alternavam-se as três fases: no primeiro ano, uma cultura de outono, no ano seguinte uma cultura de primavera, no terceiro ano, repouso.

Esta modificação técnica aparentemente simples resultou num aumento extraordinário da produtividade agrícola. O sistema de rodízio em três campos propiciou o aumento em cerca de 50% do rendimento das culturas praticadas em qualquer período do ano, na mesma extensão de terra arável<sup>1</sup>.

Essa não foi a única consequência importante da introdução do novo sistema de rodízio. O crescimento da produção de aveia e de outras forragens, semeadas na primavera, permitiu aos camponeses alimentar uma quantidade maior de cavalos, que começaram a substituir os bois como fonte principal de energia nos trabalhos agrícolas. Os cavalos, muito mais rápidos que os bois, contribuíram para a ampliação das áreas cultivadas que, por sua vez, possibilitou ao campo abastecer centros de maior densidade populacional. O emprego de cavalos, além de tornar o transporte de homens, mercadorias e equipamentos muito mais eficientes, beneficiou também a aragem da terra: a utilização de um arado movido por uma junta de bois exigia o esforço combinado de homens; para operar um arado atrelado a um cavalo, bastava um homem. No século XIII, o custo do transporte de produtos agrícolas sofreu redução considerável com a adoção, em lugar da carreta de duas rodas, da carroça de quatro rodas, com eixo dianteiro provido de pivô. O aperfeiçoamento da tecnologia agrícola e dos meios de transporte ocasionou duas mudanças de grande alcance e importância. Inicialmente, favoreceu a aceleração do crescimento populacional. As estimativas históricas mais seguras demonstram que a população europeia duplicou entre os anos 1000 e 1300.<sup>2</sup> A segunda mudança importante, intimamente relacionada com a expansão populacional, foi o rápido crescimento da concentração urbana. Até o ano 1000, excetuando-se alguns poucos centros comerciais mediterrâneos, a população européia aglutinava-se basicamente nos feudos, nas aldeias. As cidades eram, em sua maioria, inexpressivas. Em 1300, inúmeras cidades floresciam por toda a Europa e não eram poucos os centros urbanos densamente povoados.

O crescimento dos centros urbanos trouxe consigo uma especialização cada vez maior entre a cidade e o campo. Com a ampliação do

contingente de trabalhadores que emigravam para as cidades e rompiam seus vínculos com a terra, a produção de bens manufaturados cresceu consideravelmente. O desenvolvimento da produção manufatureira, da especialização econômica e da produtividade do trabalho contribuiu para o desenvolvimento do comércio inter-regional e de longa distância.

## O Desenvolvimento do Comércio de Longa Distância

Vários historiadores tomam o desenvolvimento do comércio como a principal causa da desintegração da sociedade medieval, particularmente do seu regime de trocas e de seus costumes. A importância do comércio não pode ser colocada em dúvida. No entanto, convém lembrar que a expansão comercial não ocorreu por acidente nem se deveu a fatores externos da economia européia, como, por exemplo, a intensificação dos contatos com os árabes. Pelo contrário, como já vimos anteriormente, as condições para o desenvolvimento do comércio foram criadas pelas transformações econômicas ocorridas no interior da Europa. O crescimento da produtividade agrícola proporcionou um excedente de alimentos e de mão-de-obra para os mercados locais e internacionais. A utilização mais racional da energia e dos transportes tornou possível e lucrativa a concentração da indústria nas cidades, a produção em larga escala e a venda dos produtos em mercados mais amplos e mais distantes. As modificações ocorridas na agricultura e na indústria constituiram os requisitos necessários para a expansão das trocas e do comércio. Essa expansão, por sua vez, revigorou o desenvolvimento da indústria e das cidades.

Várias cidades comerciais e industriais foram fundadas em decorrência da expansão do comércio, sobretudo o comércio de longa distância. O crescimento dos centros urbanos, submetidos à dominação dos mercadores capitalistas, provocou uma série de mudanças importantes tanto na indústria quanto na agricultura. Tais mudanças, sobretudo as que afetaram a agricultura, resultaram no enfraquecimento e, finalmente, na dissolução completa dos vínculos tradicionais que mantinham a coesão da estrutura social e econômica da sociedade feudal.

Desde o início da Idade Média, muitas regiões da Europa mantiveram um comércio de longa distância. Este comércio adquiriu uma importância considerável no sul da Europa, nos mares Mediterrâneo e Adriático, e no norte da Europa, no mar do Norte e no mar Báltico.

1. Lynn White, Jr., *Medieval Technology and Social Change* (Oxford: Clarendon, 1962), p. 71-72.

2. Harry A. Miskimin, *The Economy of Early Renaissance Europe, 1300-1460* (Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall, 1969), p. 20.

Nos territórios compreendidos entre esses dois centros de irradiação, o sistema feudal senhorial permaneceu até uma fase avançada da Idade Média, relativamente imune às trocas e ao comércio.

A partir do século XI, as Cruzadas cristãs deram um impulso vigoroso à expansão do comércio. Entretanto, não se pode encará-las como fator acidental ou externo ao desenvolvimento europeu. Na realidade, as Cruzadas não foram empreendidas por razões exclusivamente religiosas, tampouco se deveram às perseguições movidas pelos turcos contra os peregrinos cristãos, pois os turcos mantiveram a política de tolerância adotada pelos muçulmanos. Os revéses sofridos pelos muçulmanos efetivamente deixaram Bizâncio exposta às incursões inimigas, o que, por si só, teria apenas justificado o envio de uma ajuda simbólica por parte do Ocidente, cujas relações com Bizâncio não eram harmoniosas. As razões fundamentais das Cruzadas devem ser procuradas no desenvolvimento interno da França, onde este movimento encontrou o seu maior respaldo. A França havia adquirido grande ascendência no contexto europeu, mantinha relações comerciais e interesses importantes no Oriente; além disso, precisava de uma válvula de escape para dar vazão ao descontentamento social que grassava no interior de suas fronteiras. As Cruzadas receberam apoio também da oligarquia de Veneza, interessada em expandir o seu comércio e consolidar a influência que exercia no Oriente.

O desenvolvimento do comércio com os árabes — e com os vikings no mar do Norte — estimulou a produção de mercadorias para a exportação e a criação de grandes feiras que floresceram do século XII até o final do século XIV. Organizadas todos os anos nas principais cidades comerciais europeias, as feiras funcionavam geralmente durante uma ou várias semanas. Os mercadores do norte da Europa trocavam cereais, peixes, lã, roupas, madeira, pez, alcatrão, sal e ferro por especiarias, seda, brocados, vinhos, frutas, ouro e prata, entre outras mercadorias provenientes do sul da Europa<sup>3</sup>.

No século XV, os locais onde se reuniam as feiras começavam a se transformar em prósperas cidades comerciais, cujos mercados funcionavam durante todo o ano. A atividade comercial desenvolvida por essas cidades era incompatível com as restrições impostas pelos costumes e tradições feudais. A maior parte das cidades conseguiu, após intensas lutas, libertar-se da tutela dos senhores feudais e da Igreja. Nos centros comerciais realizavam-se operações financeiras: de câmbio, de liquidação de dívidas e de crédito.<sup>4</sup> Tornou-se corrente o uso das letras de

3. Para uma discussão mais profunda sobre o nascimento do comércio, ver Dudley Dillard, *Economic Development of the North Atlantic Community* (Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall, 1967), p. 3-178.

câmbio e de outros instrumentos financeiros modernos. Uma nova legislação comercial foi elaborada pelos comerciantes dessas cidades. Ao contrário do direito consuetudinário e paternalista que vigorava nos feudos, a legislação comercial foi definida por um código preciso. Lançaram-se assim as bases da lei de contratos, dos papéis negociáveis, das representações comerciais, das vendas em leilão, enfim, de uma série de procedimentos característicos do capitalismo moderno.

Na indústria artesanal feudal, o mestre artesão era, ao mesmo tempo, o produtor e o vendedor da sua mercadoria. Nas indústrias que se desenvolveram nas novas cidades, voltadas primeiramente para a exportação, o produtor distanciou-se do comprador final. Agora, os artesãos vendiam, por atacado, seus produtos aos mercadores que, por sua vez, transportavam-nos e revendiam-nos a outros mercadores. Outra diferença importante consistia em que os artesãos dos feudos eram, geralmente, também agricultores. Ao emigrarem para as cidades, contudo, os artesãos renunciaram ao cultivo da terra para se dedicarem exclusivamente ao seu ofício, com o qual obtinham renda suficiente para atenderem as suas necessidades.

## O Sistema Manufactureiro Doméstico e o Nascimento da Indústria Capitalista

A necessidade de ampliar a produção e regularizar o abastecimento de bens manufaturados, imposta pela expansão do comércio, levou os mercadores-capitalistas a assumirem um controle cada vez maior sobre o processo produtivo. A indústria de tipo artesanal, onde o artesão era, a um só tempo, o proprietário da oficina, dos instrumentos de trabalho e das matérias-primas, atuando como pequeno empresário independente, fora substituída em grande parte, no século XVI, pelo *sistema manufactureiro doméstico (putting-out system)* nos ramos industriais voltados para a exportação. Inicialmente o mercador-capitalista limitava-se a fornecer ao artesão independente a matéria-prima, remunerando-o para que a transformasse em produtos acabados. Desse modo, o capitalista tornava-se o proprietário do produto ao longo de todas as etapas da produção, ainda que o trabalho continuasse sendo realizado em oficinas independentes. Numa fase posterior do sistema manufatureiro doméstico, o mercador-capitalista passou a ter a propriedade das máquinas e instrumentos de trabalho e, freqüentemente, do prédio no interior do qual a produção se realizava. Contratava os trabalhadores

para açãoarem os instrumentos de trabalho, fornecia-lhes as matérias-primas e apropriava-se dos produtos acabados.

Ao invés de vender o produto acabado ao mercador, como acontecia antes, o trabalhador passou a vender apenas a sua força de trabalho. Um dos primeiros ramos industriais onde o sistema manufatureiro se desenvolveu foi o das indústrias têxteis. Os tecelões, os fiaideiros, os pisoeiros e os tintureiros acharam-se numa situação de dependência com relação ao mercador-capitalista, pois dele dependia a oferta de empregos e, consequentemente, a possibilidade de sustentarem a si mesmos e as suas famílias. Cabia ao mercador-capitalista vender os bens produzidos pelos trabalhadores a um preço tal que lhe permitisse pagar os salários, os demais custos de produção, obtendo ainda algum lucro para si.

Simultaneamente à incorporação do processo produtivo ao controle capitalista, criava-se uma força de trabalho total ou parcialmente despojada do capital, que conservava apenas a possibilidade de vender a sua força de trabalho. Estas são as duas vertentes do processo de formação do sistema econômico capitalista. Alguns autores e historiadores subordinam a existência do capitalismo à expansão do comércio, à difusão do espírito comercial na Europa. No entanto, as trocas e o comércio nunca deixaram de existir durante a era feudal. É verdade que, enquanto as tradições feudais funcionaram como o princípio organizador da produção, as trocas e o comércio permaneceram à margem do sistema econômico e social. Em lugar dos costumes e tradições, o mercado e a busca de lucros monetários passaram a determinar como seriam divididas e executadas as tarefas produtivas bem como as oportunidades de trabalho proporcionadas. Quando isso ocorreu, o sistema capitalista estava criado.<sup>4</sup>

O capitalismo tornou-se o sistema dominante quando as relações existentes entre os capitalistas e os trabalhadores nas indústrias de exportação do século XVI invadiram as demais linhas de produção. A expansão do sistema exigia a eliminação da auto-suficiência econômica do feudo bem como a dos costumes e tradições senhoriais. Foi necessário converter a agricultura numa empresa capitalista em que os trabalhadores fossem obrigados a vender sua força de trabalho para os capitalistas, e esses a comprá-la, quando pudessem obter lucros do processo.

Existia no século XIII, uma indústria têxtil capitalista em Flângares. Quando, por diferentes razões, que não cabe analisar aqui, a sua

<sup>4.</sup> Ver Maurice H. Dobb, *Studies in the Development of Capitalism* (Londres, Routledge & Kegan Paul, 1946). (*A Evolução do Capitalismo*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965), particularmente o capítulo IV.

prosperidade entrou em declínio, o antagonismo que se gerou entre a riqueza e a pobreza por ela criadas deu origem, em cerca de 1280, a prolongadas e violentas lutas de classe que destruíram quase por completo a indústria da região. No século XIV, floresceu uma indústria têxtil capitalista em Florença. Como em Flandres, as condições econômicas adversas despertaram tensões entre a classe operária, reduzida à miséria, e os opulentos empregadores capitalistas, culminando em violentas rebeliões, em 1379 e 1382. O agravamento desses antagonismos de classe precipitou o declínio da indústria têxtil florentina, tal como acontecera anteriormente em Flandres.

A Inglaterra conquistou, no século XV, a hegemonia do mercado mundial de produtos têxteis. A solução encontrada pela burguesia inglesa para resolver o problema dos conflitos de classe foi ruralizar a indústria têxtil capitalista. Em Flandres e em Florença, as indústrias têxteis estavam centralizadas em cidades densamente povoadas, onde os trabalhadores eram arrebanhados, o que facilitava a eclosão de movimentos de resistência organizadas. Na Inglaterra, as fábricas de pisões, o mercado e a busca de lucros monetários passaram a determinar se dispersaram pelo campo, criando pequenos aglomerados de trabalhadores isolados uns dos outros, dificultando, assim, a preparação de movimentos de resistência organizados.

Reunindo, de um lado, opulentos proprietários de capital e de outro artesãos despojados de suas propriedades e transformados em trabalhadores assalariados, o sistema manufatureiro foi um fenômeno muito mais urbano que rural. Desde o início, as empresas capitalistas procuraram assegurar posições monopolistas a partir das quais pudessem explorar, com exclusividade, o mercado para seus produtos. À medida que se fortaleciam as guildas de privilegiados — associações de mercadores capitalistas que empregavam trabalho assalariado — multiplicavam-se as barreiras protecionistas destinadas a assegurar o seu monopólio. A diferenciação dos regimes de aprendizagem, a instituição de privilégios e isenções especiais para os filhos dos proprietários mais abastados, a cobrança de taxas excessivamente elevadas para a admisão de novos membros foram algumas das barreiras que visavam a impedir que os artesãos ambiciosos, porém pobres, competissem ou tivessem acesso às fileiras da nova classe capitalista. A imposição dessas barreiras apressou, de um modo geral, a transformação dos artesãos mais pobres e de seus filhos em uma classe operária urbana constrangida a sobreviver exclusivamente às custas da venda de sua força de trabalho.

## O Declínio do Sistema Senhorial

Antes que o sistema capitalista adquirisse sua forma acabada, as relações capitalistas de mercado tiveram que invadir o feudo, bastião do feudalismo. O fato que possibilitou essa conquista foi o enorme crescimento da população das novas cidades comerciais. As cidades, cada vez mais densamente povoadas, dependiam das zonas rurais para a obtenção de alimentos e de grande parte das matérias-primas utilizadas pelas indústrias de exportação. Estabeleceu-se uma especialização rural-urbana que se fez acompanhar de um vasto intercâmbio de mercadorias entre os feudos e as cidades. Os senhores feudais passaram a depender das cidades para a aquisição de bens manufaturados, como os produtos de luxo, cujo consumo tornou-se indispensável e que só os mercadores poderiam lhes fornecer.

Os camponeses que cultivavam as terras do feudo perceberam também que podiam trocar o excedente por dinheiro nos mercados locais de grãos. Com esse dinheiro, podiam obter do senhor a comutação de suas obrigações em trabalho.<sup>5</sup> A comutação possibilitou a muitos camponeses alcançarem uma condição muito próxima à de pequenos empresários independentes. Arrendavam terras do senhor e, com a venda do produto, pagavam a renda da terra e ainda conservavam parte do excedente. Este sistema proporcionou aos camponeses um estímulo maior para produzirem, ampliando o excedente comercializável, o que os levava a obter novas comutações que, por sua vez, redundavam em mais excedentes e renda monetária, e assim por diante. O efeito cumulativo deste processo solapou, pouco a pouco, os vínculos tradicionais do feudo, instaurando, em seu lugar, as relações de mercado e a busca de lucros como princípios organizadores da produção. Em meados do século XIV, em muitas partes da Europa, as rendas em dinheiro excediam o valor das prestações de trabalho.

Outro fator que contribuiu para a introdução das relações de mercado no campo, estreitamente relacionada com a comutação das obrigações em serviço, foi a progressiva alienação das terras senhoriais. A necessidade de dinheiro para a aquisição de bens manufaturados e produtos de luxo levou os senhores a optarem pelo arrendamento de suas terras a camponeses arrendatários, ao invés de cultivá-las diretamente utilizando os serviços que o servo era obrigado a prestar ao senhor. Este processo acabou por converter o senhor feudal num simples *landlord*, no sentido moderno do termo, isto é, num simples

proprietário de terras que vivia exclusivamente de rendas. Muitos senhores feudais se transformaram em proprietários absentistas, uns porque preferiram se mudar para as cidades, outros porque viviam distantes de suas terras travando batalhas.

O colapso do sistema senhorial foi precipitado por uma série de catástrofes que convulsionaram a Europa no final do século XIV e durante o século XV. A Guerra dos Cem Anos entre França e Inglaterra (1337-1453) produziu uma situação de desordem e descontentamento generalizado nestes países. Os efeitos da Peste Negra foram ainda mais devastadores. Às vésperas da Peste (1348-1349) a população da Inglaterra alcançava cerca de 4 milhões de habitantes. No princípio do século XV, as guerras e a peste haviam reduzido a população do país a 2,5 milhões de habitantes. O mesmo ocorreu, com maior ou menor intensidade, nos outros países europeus. O declínio da população provocou uma escassez desesperada de mão-de-obra; os salários para todas as categorias de trabalho elevaram-se abruptamente. As terras, relativamente mais abundantes, tornaram-se menos rentáveis.

Pressionada por essas circunstâncias, a nobreza feudal tentou revogar as comutações que havia concedido e restaurar as obrigações em forma de trabalho que pesavam sobre os servos e camponeses (os camponeses eram antigos servos que haviam alcançado um certo grau de independência, libertando-se em parte das restrições feudais). No entanto, aprenderiam na prática que era impossível fazer retroceder o relógio da história. As relações de mercado já se haviam implantado nas zonas rurais, proporcionando maior liberdade, independência e prosperidade para os camponeses. Estes opuseram uma resistência vigorosa, por vezes sangrenta, às tentativas de reintroduzir as antigas obrigações feudais.

Esse choque de interesses produziu as famosas revoltas camponesas que eclodiram, por toda a Europa, do final do século XIV até o princípio do século XVI. Um escritor francês da época descreveu uma cena que ilustra o caráter cruento e brutal que tais revoluções tiveram: "Um bando de camponeses matou um fidalgo, suspendeu-o em um espeto e assou-o sobre o fogo diante de sua mulher e dos filhos. Dez ou doze homens violentaram a mulher e, em seguida, forçaram-na a comer da carne do marido. Depois mataram a mulher e os filhos. Esses brutos por onde quer que passassem, destruíram as casas da gente honesta e sólidos castelos".<sup>6</sup> Camponeses rebelados eram massacrados pela nobreza com tanta ou mais crueldade e ferocidade.

5. A comutação implicava a substituição das prestações de trabalho exigidas do servo por rendas em dinheiro.

6. N. S. B. Gras, *A History of Agriculture in Europe and America* (Nova Iorque: Appleton, 1940), p. 108.

A Inglaterra foi palco de várias revoltas semelhantes no fim do século XIV e no século XV. As mais sangrentas, contudo, ocorreram na Alemanha, no princípio do século XVI. A revolta dos camponeses de 1524-1525 foi esmagada pelas tropas imperiais do Sacro Império Romano (Germânico). Centenas de milhares de camponeses foram massacrados. Calculava-se que, somente na Alemanha, cerca de 100.000 pessoas foram mortas.

Tais revoltas foram aqui mencionadas para ilustrar o fato de que, na maioria das vezes as mudanças fundamentais na estrutura política e econômica de um sistema social se efetuaram somente após a eclosão de conflitos sociais violentos e traumáticos. Todo sistema econômico gera uma ou mais classes cujos privilégios dependem da manutenção do sistema. É compreensível que essas classes não tenham escrúpulos quando se trata de resistir às mudanças que colocam em risco seus privilégios. A nobreza feudal lutou, na retaguarda, com toda a energia de que dispunha contra o nascente sistema de mercado capitalista. Mas as forças que naquele momento encarnavam o progresso conseguiram, finalmente, afastá-la do caminho. Embora as mudanças fundamentais tenham sido promovidas por ambiciosos mercadores e elementos oriundos da pequena nobreza, as grandes vítimas desse processo foram os camponeses, sobretudo os que tombaram nas sublevações sociais que caracterizaram esse período. A ironia da história, no caso, reside no fato de que tombaram em defesa do *status quo*.

## *Outras Forças Participantes da Transição para o Capitalismo*

Os primeiros anos do século XVI apresentaram-se como um divisor de águas na história européia. Assinalam-se vagamente a linha que separa, de um lado, a velha e decadente ordem feudal e, de outro, o sistema capitalista emergente. Após 1500, ocorreram mudanças sociais e econômicas importantes, com freqüência cada vez maior, cuja interação e efeito cumulativo preparam o caminho para a consolidação do sistema capitalista. A população da Europa Ocidental, que permanecera relativamente estagnada durante um século e meio, cresceu cerca de um terço no século XVI, alcançando, em 1600, a casa dos 70 milhões de habitantes.

O crescimento populacional foi concomitante ao regime de *enclosure* (de cercamento dos campos), cujas origens, na Inglaterra, remontam ao século XIII. A nobreza feudal, sempre e cada vez mais carente de dinheiro, passou a cercar ou fechar as terras utilizadas até

então como pastagens comunais, destinando-as à criação de ovelhas, para atender a demanda de lã das indústrias têxteis inglesas, cujo crescimento atingia proporções sem precedentes. Havia duas vantagens na criação de ovelhas: os preços elevados que a lã alcançava no mercado e a quantidade mínima de mão-de-obra que a manutenção dos rebanhos requeria.

O regime de *enclosure* dos campos atingiu o auge no final do século XV e no século XVI. Em algumas áreas, três quartos a nove décimos dos arrendatários foram expulsos do campo e obrigados a emigrar para as cidades, em busca de meios de sobrevivência. O cercamento dos campos, aliado ao crescimento populacional, acelerou a dissolução dos laços feudais remanescentes, e deu origem a uma vasta força de trabalho com características novas: inúmeras pessoas viam-se privadas de terras, despojadas das ferramentas e instrumentos de produção, em condições apenas de vender a sua força de trabalho. O movimento migratório para as cidades proporcionou novos contingentes de trabalhadores para as indústrias capitalistas, mas homens para os exércitos e para as forças navais, mais voluntários para colonizar terras distantes e muitos consumidores em potencial para os produtos industriais.

Outro fator de mudança importante foi o renascimento intelectual ocorrido no século XVI, responsável pelos progressos científicos de utilidade prática imediata, sobretudo para a navegação. O telescópio e a bússola possibilitaram aos marinheiros navegar com maior precisão e, assim, percorrer distâncias mais longas. Sem essas invenções, teria sido impossível a "era das grandes navegações". Num curto período de tempo, os europeus puderam projetar em mapas as rotas marítimas para a Índia, a África e as Américas. As terras descobertas nesta época tiveram uma dupla importância. Primeiro, resultaram num rápido e intenso fluxo de metais preciosos com destino à Europa; em segundo lugar, inauguraram o chamado período colonial.

A produção européia de ouro e prata permaneceu estagnada de 1300 a 1500. A rápida expansão do comércio capitalista e a difusão do sistema de mercado nos centros urbanos e nas zonas rurais provocou uma escassez aguda de dinheiro, uma vez que o dinheiro consistia basicamente em moedas de ouro e prata. A carência destes metais tornou-se, assim, crítica. A situação foi parcialmente mitigada quando, por volta de 1450, os portugueses começaram a extraírem metais preciosos da Costa do Ouro, na África. No entanto, esse problema só foi definitivamente solucionado em meados do século XVI. A partir desta época, a situação se inverteu: o fluxo de ouro e prata, proveniente das

Américas, foi tão grande, que a Europa sofreu a inflação mais galopante e duradoura de sua história.

No decorrer do século XVI, os preços na Europa, subiam entre 150 e 400%, variando de país para país e de região para região. Os preços dos produtos manufacturados elevaram-se bem mais rapidamente do que as rendas e os salários. A disparidade entre preços e salários persistiu até o final do século XVII. Em consequência disso, tanto a classe dos *landlords* — proprietários que viviam da renda da terra (a nobreza feudal) — quanto a classe trabalhadora, foram prejudicadas, já que o seu poder aquisitivo cresceu menos que as suas despesas. Os grandes beneficiários da revolução dos preços foram os capitalistas. Seus lucros se multiplicavam e, enquanto isso, o valor real dos salários que pagavam declinava continuamente. Os materiais que adquiriam eram estocados e desta forma se valorizaram.

Os lucros eram acumulados sob a forma de capital. *Capital* designa os materiais necessários para a produção e o comércio de mercadorias. As ferramentas, os equipamentos, as instalações das fábricas, as matérias-primas e os bens que participam do processo produtivo, assim como os meios de transporte dos bens e o dinheiro — tudo isso é capital. A essência do sistema capitalista consiste na existência de uma classe de capitalistas que detêm a propriedade do estoque de capital. É a propriedade do capital que facilita aos capitalistas a obtenção dos lucros. Quando não são retirados convertem-se em estoque suplementar de capital. Essa acumulação dá capital redundante em mais lucros que, por sua vez, conduzem a uma nova acumulação ainda maior, e assim por diante, numa espiral ascendente.

O termo *capitalismo* designa, com muita propriedade, este sistema, cujos pilares são a busca de lucros e a acumulação de capital. O capital é a fonte dos lucros e, portanto, a fonte de acumulações de capital ulteriores. Esse processo, contrariamente à charada do ovo e da galinha, teve um início. A acumulação inicial ou *acumulação primitiva* de capital, ocorreu no período ora analisado. As quatro principais fontes de acumulação inicial de capital foram: (1) o rápido crescimento do volume do intercâmbio e do comércio de mercadorias; (2) o sistema de produção manufatureiro; (3) o regime de *enclosure* dos campos, e (4) grande inflação de preços. Houve várias outras fontes de acumulação inicial, algumas das quais nem sempre respeitáveis, e por isso mesmo frequentemente esquecidas, como, por exemplo, a piagagem colonial, tráfico de escravos e a pirataria.

frequentemente esquecidas, como, por exemplo, a manutenção e o tráfico de escravos e a pirataria.

Durante os séculos XVI e XVII, o sistema manufatureiro (*putting-out system*) difundiu-se consideravelmente, penetrando em quase todos os ramos industriais. Embora ainda não se pudesse falar em produção

fabril do tipo moderno, o grau de especialização atingido pelo sistema traduziu-se em elevações significativas da produtividade. Além disso, as inovações técnicas introduzidas nos campos da construção naval e da navegação possibilitaram a redução dos custos de transporte. Esse foi, portanto, um período em que a produção e o comércio expandiram-se rapidamente. Pouco a pouco, a nova classe capitalista (ou classe média ou, ainda burguesia) substituiu a nobreza como a classe econômica e socialmente dominante.

A formação dos Estados absolutos assinalou o início da transição para a supremacia de uma nova classe. Os novos monarcas, freqüentemente, buscavam o apoio da burguesia para derrotar os senhores feudais rivais e para unificar o Estado, transformando-o em um poder centralizado. A unificação libertou os mercadores da teia de normas, regulamentos, leis, pesos, medidas e padrões monetários de caráter feudal a que estavam submetidos. Graças ao apoio do Estado, os mercadores puderam também consolidar mercados importantes e contar com proteção militar para os seus empreendimentos comerciais. O monarca, por sua vez, dependia dos capitalistas para a obtenção dos recursos necessários para financiar a centralização do poder.

Embora a Inglaterra tenha sido formalmente unificada bem antes, a unificação de fato só ocorreu quando Henrique VII (1485-1509) instalou, no poder, a dinastia dos Tudor. Henrique VII (1509-1547) e Isabel I (1558-1603) concluíram a unificação da nação inglesa ao apoio do Parlamento, que representava as classes médias dos condados e burgos. As revoluções de 1648 e 1688 consolidaram, definitivamente, a supremacia do Parlamento ou das classes médias burguesas.

Durante este período, constituiram-se outros importantes estados-nações capitalistas. Luís XI (1461-1483) foi o primeiro monarca que, desde os tempos de Carlos Magno, unificou efetivamente a França. Dois acontecimentos assinalaram a unificação da Espanha: o casamento de Fernando de Aragão e Isabel de Castela, em 1469 e, em seguida, a derrota dos árabes. O quarto estado-nação mais importante, a República Holandesa, só alcançou a sua independência em 1690 quando, finalmente, as forças espanholas de ocupação foram derrotadas.

No final do século XVI e no princípio do século XVII, as grandes cidades da Inglaterra, França, Espanha e Países Baixos (Bélgica e Holanda), haviam se transformado com raras exceções, em florescentes centros econômicos dominados pelos mercadores-capitalistas, que controlavam não apenas o comércio como também boa parte das manufaturas. Nos modernos estados-nações as coalizões formadas por monarcas e capitalistas haviam arrancado das mãos da nobreza feudal o poder que esta exercia em muitas áreas importantes, sobretudo na

área da produção e do comércio. O termo *mercantilismo* é empregado, geralmente, para designar essa fase inicial do capitalismo.

## ***Mercantilismo: Paternalismo Feudal nos Primórdios do Capitalismo***

A primeira fase do mercantilismo, denominada usualmente bulionismo, refere-se ao período (discutido anteriormente) durante o qual a Europa se ressentiu da escassez de ouro e prata em lingotes. Essa escassez tornava insuficiente a quantidade de dinheiro em circulação para atender o volume do intercâmbio de mercadorias que se encontrava em rápida expansão. As políticas bulionistas foram projetadas com a finalidade de atrair para os países que as colocaram em prática um fluxo constante de ouro e prata e, ao mesmo tempo, de preservar o estoque de metais preciosos mediante a proibição de sua exportação. Tais restrições perduraram do final da Idade Média até os séculos XVI e XVII.

A Espanha, para onde fluía a maior parte do ouro proveniente das Américas, foi o país que aplicou as restrições bulionistas durante o maior período de tempo, e que impôs a penalidade mais severa, a morte, para evitar que o ouro e a prata fossem exportados. Entretanto, as necessidades do comércio eram tão prementes, e as perspectivas de lucro para os que se dedicavam à importação de mercadorias estrangeiras, tão promissoras que, até mesmo na Espanha, os mercadores-capitalistas acabaram conseguindo subornar burocratas corruptos e contrabandear grandes quantidades de lingotes para fora do país. Os metais preciosos acumulados pela Espanha, em pouco tempo, espalharam-se por toda a Europa e foram amplamente responsáveis pelo longo período inflacionário descrito anteriormente. A Espanha só legalizou a exportação de ouro e prata muito tempo depois da abolição das restrições bulionistas na Inglaterra e na Holanda, em meados do século XVI.

Superada a fase bulionista, a política mercantilista adotada pelos governos europeus passou a privilegiar a manutenção de uma balança comercial favorável. Sua finalidade continuava sendo a de maximizar as reservas de ouro e prata existentes no país.<sup>1</sup> Para manter uma *balança comercial favorável*, os pagamentos em dinheiro recebidos pelo país deveriam superar o fluxo de dinheiro que abandonava o país. Portanto, interessava aos governos, por um lado, favorecer a exportação de mercadorias e a prestação de certos serviços, como a navegação marítima e os seguros, desde que fossem prestados por compatriotas e pagos por estrangeiros. Por outro lado, interessava desencorajar a importação

de mercadorias e a contratação desses mesmos serviços pagos a estrangeiros. Manter uma balança comercial favorável significava enriquecer o tesouro do país. Ainda que neste processo fossem inevitáveis certos pagamentos em ouro e prata, para o exterior, o ingresso de metais preciosos fatalmente superaria a saída desses metais.

Uma das políticas mais importantes, que visava à ampliação do valor das exportações e a redução das importações, foi a criação dos monopólios comerciais. A Inglaterra, por exemplo, poderia adquirir mercadorias (suponhamos de uma região atrasada), a um preço mais vantajoso, se apenas um mercador inglês barganhasse com os estrangeiros envolvidos no negócio, ao invés de vários mercadores ingleses competindo entre si para assegurar a transação, forçando, deste modo, a elevação dos preços. De forma análoga, os mercadores ingleses poderiam vender seus produtos para os estrangeiros, a preços bem mais elevados, se houvesse apenas um negociante oferecendo o produto, ao invés de vários ofertantes forçando a queda dos preços para atrair os compradores.

Nada impedia que o governo inglês proibisse comerciantes do país de concorrerem entre si, em áreas que estivessem sujeitas a monopólio. No entanto, era muito mais difícil afastar a concorrência dos comerciantes franceses, holandeses ou espanhóis. Vários governos tentaram excluir a concorrência dos mercadores estrangeiros organizando impérios coloniais controlados pela metrópole e submetidos ao monopólio comercial. Assim, as possessões coloniais poderiam fornecer matérias-primas baratas para a metrópole e adquirir dela, a preços elevados, produtos manufaturados.

Além da criação dos monopólios, todos os países da Europa ocidental (exceto a Holanda) promulgaram extensa legislação regulamentando as atividades de exportação e importação. Na Inglaterra, os exportadores que enfrentavam dificuldades para competir com os comerciantes estrangeiros obtinham a restituição de impostos ou ainda, se isso não bastasse, recebiam subsídios para a exportação. Uma política aduaneira seletiva gravava uma longa lista de matérias-primas com o objetivo de dificultar a sua exportação, minimizando, deste modo, o preço que os mercadores-fabricantes ingleses pagavam por elas. Em determinadas ocasiões, quando esses produtos escasseavam no mercado interno prejudicando as manufaturas do país, o Estado intervinha, proibindo rigorosamente a sua exportação. A indústria têxtil britânica foi uma das beneficiárias desse tipo de proteção. No princípio do século XVIII, os produtos têxteis eram responsáveis por cerca de metade das exportações inglesas. O governo da Inglaterra proibiu a exportação de grande parte das matérias-primas e produtos semi-acabados, indis-

pensáveis à indústria têxtil, tais como ovelhas, lã, fios e tecidos de lã penteada.

Foram adotadas também medidas visando a desestimular as importações. A importação de determinadas mercadorias foi proibida e sobre outras, recaíam taxas alfandegárias tão elevadas que essas mercadorias praticamente desapareceram da pauta de importações. Especialmente importantes foram as medidas destinadas a proteger as principais indústrias inglesas de exportação contra a concorrência movida pelos fabricantes estrangeiros, que se esforçavam por penetrar nos mercados domésticos controlados por essas indústria.

Evidentemente, embora as restrições colocadas em prática nesse período beneficiassem a alguns capitalistas, prejudicavam a outros. Como seria de se esperar, os grupos de interesse, organizados em coalizões, pressionavam, por diversos meios, os centros de decisão quer para manter as restrições, quer para estendê-las a outras esferas. Os Atos de Navegação, por exemplo, promulgados pela Inglaterra em 1651 e 1660, tinham por finalidade promover a utilização dos navios ingleses (fabricados no país e tripulados por súditos da Inglaterra) no comércio de importação e exportação. Todas as leis que regulamentavam o comércio exterior e a navegação visavam, em última análise, a ampliar o fluxo monetário que ingressava no país e reduzir o fluxo que escocava para fora. Evidentemente, os rumos que as políticas protecionistas da época tomaram, em grande parte, foram determinados pelas pressões exercidas pelos diversos grupos de interesse.

Além de disciplinar o comércio exterior, o Estado procurou intervir na esfera da produção doméstica, controlando-a através de uma multiplicidade de restrições e regulamentações. Afra as isenções fiscais, subsídios e outras concessões destinadas a estimular a produção das indústrias voltadas para a exportação, o Estado promulgou leis regulamentando, minuciosamente, os métodos de produção e a qualidade dos produtos. Na França, Luís XIV codificou, centralizou e estendeu as antigas restrições aplicadas, até então, de forma descentralizada, pelas guildas. Técnicas específicas de produção tornaram-se obrigatorias: amplas medidas de controle de qualidade adquiriram força de lei; foram, inclusive nomeados, em Paris, fiscais com a missão de zelar pelo cumprimento, a nível local, destas determinações. Jean Baptiste Colbert, ministro e conselheiro econômico de Luís XIV, foi o responsável pela aprovação dessa vasta e minuciosa legislação. Na indústria têxtil, por exemplo, especificavam-se rigidamente as dimensões e o número de fios que as peças de tecido deveriam ter.

Na Inglaterra, o Estatuto dos Artífices (1563) transferiu, definitivamente, para o Estado, as funções desempenhadas pelas antigas

guildas artesanais. O poder central assumiu o controle da aprendizagem dos trabalhadores industriais, das condições de emprego e da alocação da força de trabalho nos diversos tipos de ocupação. O Estado promulgou, também, leis que regulamentavam os salários, a qualidade de vários produtos e outros detalhes concernentes à produção doméstica.

O que significava o amplo controle, exercido pelo Estado, sobre o comércio e a produção doméstica de mercadorias? À primeira vista, a questão parece simples: o Estado utilizava-se de seus poderes para promover os interesses específicos dos capitalistas. Esta visão é reforçada pelo fato de que a maior parte dos escritores, voltados para assuntos econômicos que se destacaram nesse período, eram comerciantes ou funcionários de comerciantes. É inegável que muitos dos estatutos e das medidas protecionistas foram respaldados por grupos de interesse que se beneficiavam com eles.

Entretanto, os mercadores e industriais, ou seja, a classe média capitalista emergente, muitas vezes encontrou nessa teia intricada de regulamentos, um obstáculo ao desenvolvimento de suas atividades e à obtenção de lucros. Isso explica por que os capitalistas e seus porta-vozes levantaram argumentos, sistematicamente, ao longo desse período, em favor da liberalização dos controles impostos pelo Estado. Os regulamentos econômicos acabaram se transformando em uma maldição para os capitalistas e seus porta-vozes. Efetivamente, a característica mais marcante do período mercantilista foi o conflito que se estabeleceu entre uma ideologia econômica ultrapassada, a versão medieval da ética corporativa cristã, e uma nova ordem econômica e social com a qual essa ideologia tornou-se incompatível. O capítulo III discute justamente as consequências deste conflito.

## Resumo

Uma série de mudanças profundas provocou o declínio do feudalismo e a emergência de uma nova economia orientada para o mercado. As mais importantes dessas mudanças foram os progressos ocorridos na tecnologia agrícola entre o século XI e o final do século XIII. Os aperfeiçoamentos introduzidos na tecnologia agrícola desencadearam, nos séculos subsequentes, uma sucessão de acontecimentos que culminaram na consolidação do capitalismo.

O rápido crescimento da população e da concentração urbana favoreceram o ressurgimento do comércio de longa distância. O sistema manufatureiro estruturado nas cidades (*putting-out system*) produzia as mercadorias que eram intercambiadas no comércio de longa distância.

Configurou-se uma especialização urbano-rural que pressupunha a monetarização das funções econômicas e das atividades produtivas. A transformação das relações sociais feudais em relações monetárias de mercado destruiu a base social do feudalismo. As tentativas de preservar o sistema feudal culminaram na repressão sangrenta das revoltas camponessas.

Outros processos que contribuíram decisivamente para a instauração do sistema capitalista de mercado foram o regime de *enclosure* (ercimento) dos campos, o renascimento intelectual, a exploração colonial, a descoberta de grandes quantidades de metais preciosos, a inflação de preços ocorrida nos séculos XVI e XVII e a criação dos novos estados-nações.

As políticas mercantilistas aplicadas nos estágios iniciais do capitalismo ocasionaram ampla intervenção governamental nos processos de mercado, sobretudo nos processos relacionados com o comércio internacional. Tais políticas tinham por objetivo, de um modo geral, assegurar elevados lucros para as grandes companhias de comércio, ampliar as fontes de renda dos governos nacionais e, numa perspectiva mais ampla, atrair o máximo de metais preciosos para o país.

## CAPÍTULO III

### O Conflito Latente no Pensamento Mercantilista

A ética paternalista cristã, quando condenava a aquisição dos bens materiais, entrava em conflito com os interesses dos comerciantes medievais. Esse conflito agravava-se à medida que crescia a importância do comércio de mercadorias. O mercantilismo inglês permaneceu fiel, em seu desenvolvimento, a dois princípios fundamentais<sup>1</sup>. “O primeiro referia-se às prescrições bíblicas para a promoção do bem-estar geral e do bem comum das criaturas que habitavam o mundo corporativo de Deus. O segundo princípio era a tendência a definir, como patrimônio de Deus, a sociedade civil na qual os cristãos residiam<sup>2</sup>”. Nesse período, o Estado começou a tomar o lugar da Igreja, assumindo a função de interpretar e de zelar pelo cumprimento da ética paternalista cristã. A questão essencial, que preocupava os responsáveis pelas primeiras políticas mercantilistas, consistia em saber se deveriam permitir que a florente classe dos mercadores se dedicasse à aquisição de lucros, com toda a liberdade, sem considerar as consequências econômicas e sociais desse tipo de comportamento. A ética cristã exigia que as atividades dos comerciantes fossem supervisionadas e controladas, no interesse do bem-estar de toda a comunidade.

1. Neste capítulo, focalizaremos basicamente o mercantilismo inglês, por duas razões: em primeiro lugar, porque o capitalismo industrial desenvolveu-se, antes que em qualquer outro país, na Inglaterra; em segundo lugar, porque a maior parte das idéias que formam a ideologia capitalista analisadas, mais adiante, no capítulo IV, foram elaboradas na Inglaterra.

2. William Appleman Williams, *The Contours of American History* (Nova Iorque: Quadrangle, 1966), p. 33.

somas em empreendimentos comerciais, já não podiam contar com a força dos costumes para proteger seus investimentos.

O princípio do lucro só seria viável em uma sociedade que protegesse os direitos de propriedade e zelasse pelo cumprimento dos compromissos contratuais, de caráter impessoal, estabelecidos entre indivíduos. A nova ideologia que se firmou no final do século XVII e no século XVIII justificava as motivações e as relações estabelecidas entre os indivíduos. No capítulo IV, analisaremos os fundamentos dessa nova filosofia individualista do liberalismo clássico.

## **Resumo**

Há uma relação de continuidade entre o pensamento social medieval e o mercantilista. A intervenção do Estado nos processos econômicos foi inicialmente justificada à luz da noção medieval cristã, segundo a qual aqueles a quem Deus concedera poder tinham a obrigação de usá-lo em proveito do bem-estar de toda a sociedade. No início do processo de transição para o capitalismo, o Estado assumiu parte das funções antes desempenhadas pela Igreja.

A ética paternalista cristã condenava severamente o desejo de acumular riquezas que haveria de se tornar a força propulsora do sistema capitalista. Foi necessário, portanto, elaborar novas concepções filosóficas e ideológicas que justificassem moralmente o individualismo, a ganância e a busca de lucros.

O protestantismo e as filosofias individualistas lançaram os fundamentos para uma nova ideologia. Nas obras econômicas dos mercantilistas, percebe-se a influência das noções individualistas, que insistiam na necessidade de conceder maior liberdade para os capitalistas e de reduzir a intervenção governamental no mercado. O conflito intelectual entre os dois pontos de vista fundamentalmente diferentes, refletidos nas obras mercantilistas, só se resolveu quando a filosofia e a economia liberal clássica extirparam os últimos vestígios da ética paternalista cristã medieval.

# **O Liberalismo Clássico e o Triunfo do Capitalismo Industrial**

Há um tema comum a todas as obras dos escritores mercantilistas (analisadas na parte final do capítulo III) que os distingue dos escritores liberais clássicos posteriores. Os mercantilistas defendiam a limitação das restrições e regulamentações internas, mas eram favoráveis a uma política governamental ativa, destinada a ampliar a participação comercial da Inglaterra nos mercados internacionais. Já os liberais clássicos propugnavam pela liberdade de comércio tanto na esfera internacional quanto na esfera doméstica. Nesse capítulo, examinamos como as mudanças ocorridas na posição comercial da Inglaterra levaram seus economistas a favorecerem o livre comércio.

## **A Revolução Industrial**

Entre 1700 e 1770, os mercados estrangeiros disponíveis para os produtos fabricados na Inglaterra cresceram muito mais rapidamente que os mercados domésticos. No período compreendido entre 1700 e 1750, a produção das indústrias que atendiam o mercado doméstico cresceu 7% e a das indústrias de exportação, 76%. No período 1750-1770, esses índices foram de 7% e 80%, respectivamente. O rápido crescimento das exportações de produtos manufaturados ingleses foi a causa mais importante de uma transformação decisiva na história do homem: a Revolução Industrial.

No século XVIII, a Inglaterra já dispunha de um mercado bem desenvolvido. Os preconceitos, atitudes, e ideologias tradicionais, hostis

## **CAPÍTULO IV**

ao capitalismo, haviam sido em grande parte superados. A produção de bens manufaturados em quantidades cada vez maiores e a redução dos custos de produção possibilitaram a obtenção de lucros consideráveis. O interesse em ampliar a margem de lucros combinado com o crescimento da exportação de produtos manufaturados provocou uma verdadeira explosão de inovações tecnológicas no final do século XVIII e no princípio do século XIX, inovações essas que transformaram radicalmente a face da Inglaterra e, posteriormente, de grande parte do mundo.

A indústria têxtil foi o setor mais dinâmico na primeira fase da Revolução Industrial. Em 1700, os fabricantes de tecidos de lã persuadiram o governo a proibir a importação de calicos (variedade de tecido de algodão) produzidos na Índia, assegurando desse modo o mercado interno exclusivamente para as indústrias domésticas. Por outro lado, como já foi dito, o crescimento da demanda externa estimulou a mecanização da indústria.

Em termos mais específicos, o desequilíbrio estabelecido entre processos de fiação e de tecelagem conduziu a várias inovações. A produtividade da roca de fiar era inferior à do tear manual, diferença que se tornou, após 1730, ainda maior, com a invenção da lançadeira voadora que acelerou consideravelmente o processo de tecelagem. Três invenções revolucionaram a indústria têxtil: a máquina de fiar (*spinning jenny*) desenvolvida na década de 1760, permitia uma só pessoa fiar vários fios simultaneamente; a máquina de fiar movida a água (*water frame*), inventada em 1768, aprimorou as operações de fiação ao incorporar ao processo os cilindros e os fusos; e finalmente, a fiadeira automática, criada na década de 1780, reuniu as características das duas máquinas de fiar anteriores, com a vantagem de permitir o emprego de energia a vapor. Essas invenções tornavam-se mais econômicas quando colocadas em uso em fábricas localizadas nas proximidades de fontes de energia hidráulica substituída posteriormente pela energia a vapor. Richard Arkwright, a quem se atribui a invenção da máquina de fiar movida a água (*water frame*), levantou suficiente capital para colocar em operação uma grande quantidade de fábricas, cada uma delas empregando de 150 a 600 pessoas. Outros seguiram o seu exemplo, e assim a manufatura têxtil na Inglaterra abandonou as cabanas em que habitavam e trabalhavam os tecelões, convertendo-se numa indústria fabril.

A indústria siderúrgica desempenhou também um papel extremamente importante no desenvolvimento da produção fabril mecanizada. No início do século XVIII, a indústria siderúrgica inglesa era inexpressiva. Utilizava-se para a fundição um material pré-histórico, o carvão.

vegetal. Contudo, as florestas que antes circundavam as minas de ferro haviam sido quase totalmente devastadas. A Inglaterra foi obrigada a importar ferro fundido de suas colônias, da Suécia, da Alemanha e da Espanha. Em 1709, Abraham Darby desenvolveu um processo que permitia extrair do carvão mineral o coque, material que passou a ser utilizado no processo de fundição, em lugar do carvão vegetal.

Apesar da relativa abundância de carvão mineral nas proximidades das minas de ferro, somente no final do século XVIII (com a grande expansão da produção de armas e munições para fins militares), a indústria siderúrgica começou a empregar o coque em larga escala. O crescimento da demanda favoreceu o desenvolvimento do processo de pudlagem, o qual eliminou o excesso de carbono deixado pelo coque. A introdução desse novo processo deu origem a uma série de inovações, entre as quais a laminação, o alto-forno, o martelo a vapor e os tornos mecânicos para metais. O conjunto destas invenções acelerou a expansão das indústrias siderúrgicas e da mineração do carvão, o que possibilitou a difusão de máquinas fabricadas com ferro por vários ramos industriais.

Em muitos outros setores industriais, os empresários perceberam que, aumentando a produtividade e, ao mesmo tempo, reduzindo os custos de produção, era possível ampliar a sua margem de lucros. Esse período caracterizou-se por uma "verdadeira explosão de atividades inventivas".

Durante a segunda metade do século XVIII, o interesse pelas inovações técnicas adquiriu proporções extraordinárias. Nos cem anos que precederam 1760, houve uma década excepcional em que foram registradas 102 patentes. O número de patentes registradas em cada década oscilou entre o mínimo de 22 (1700-1709) e o máximo de 92 (1750-1759). Em compensação, nos trinta anos subsequentes, a média de patentes registradas, que foi de 205 na década de 1760, subiu para 294 na década de 1770, e para 477 na década de 1780.<sup>1</sup>

Das inovações introduzidas neste período, a mais importante foi, sem dúvida, o desenvolvimento da máquina a vapor. As primeiras máquinas a vapor começaram a ser utilizadas industrialmente na década de 1700. Contudo, eram tantas as dificuldades mecânicas que seu uso ficou restrito ao bombeamento de águas nas minas. Em 1769, James Watt projetou uma máquina com especificações extremamente precisas, em que o impulso retílineo de um pistão podia ser convertido em um movimento rotativo. Um fabricante de Birmingham chamado Boulton interessou-se pelo projeto e associou-se a Watt. Com os recur-

1. Reinhard Bendix, *Work and Authority in Industry* (Nova Iorque: Harper & Row, Torchbooks, 1963), p. 27.

sos financeiros de Boulton, lançaram-se à produção em larga escala de máquinas a vapor. Nos últimos anos do século, a água cedia rapidamente lugar ao vapor como principal fonte de energia na produção manufatureira. A difusão da energia a vapor acarretou profundas mudanças sociais e econômicas.

Este grande acontecimento — a invenção da máquina a vapor — inaugurou a última fase mais decisiva da revolução industrial. Libertando-a de suas últimas cadeias, o vapor possibilitou o desenvolvimento acelerado e gigantesco da produção industrial em larga escala. Ao contrário da energia hidráulica, que requeria a proximidade de cursos de água, a energia a vapor livrou a indústria das imposições geográficas e permitiu que ela se distanciasse dos recursos locais. Onde fosse possível adquirir carvão mineral a um preço razoável, instalava-se uma máquina a vapor. A Inglaterra possuía carvão mineral em abundância, cujo emprego, no final do século XVIII destinava-se aos mais variados fins. Por outro lado, a construção de uma vasta rede de canais reduziu consideravelmente os custos de transporte do carvão, tornando-o mais barato: a Inglaterra transformou-se, assim, num país privilegiado, com condições únicas para o crescimento da indústria. As fábricas já não precisavam ficar contínuadas nos vales, à margem de rios caudalosos, onde haviam ensaiado seus primeiros passos. Tornou-se possível trazê-las para as proximidades dos mercados de onde provinham as matérias-primas e nos quais vendiam seus produtos, ou para as proximidades dos centros populacionais onde recrutavam mão-de-obra. A aglomeração das indústrias, erigidas uma ao lado da outra, deu origem às gigantescas cidades industriais, de aspecto enegrecido, com as máquinas a vapor despejando ininterruptamente densas nuvens de fumaça.<sup>2</sup>

As principais cidades manufatureiras experimentaram um crescimento realmente espetacular. A população de Manchester, por exemplo, estimada em 17.000 habitantes em 1760, subiu para 237.000 habitantes em 1831 e 400.000 em 1851. A produção de bens manufaturados praticamente dobrou na segunda metade do século XVIII, e cresceu a um ritmo ainda mais intenso no princípio do século XIX. Por volta de 1801, cerca de 30% da força de trabalho existente na Inglaterra estava empregada nas atividades manufatureiras e mineradoras; em 1831, esta cifra ascendeu para cerca de 40%. Os imensos centros urbanos manufatureiros que surgiram em consequência da Revolução Industrial, e nos quais predominava o sistema fabril, modificaram profundamente a fisionomia da Inglaterra. O rápido crescimento da produtividade que acompanhou essas transformações elevou a Inglaterra à condição de potência hegemônica, no plano político e econômico, do século XIX. O capítulo V abordará as consequências da Revolução Industrial para a vida da população inglesa.

## A Consagração do Liberalismo Clássico

No decorrer do processo de industrialização, a visão de mundo individualista subjacente ao liberalismo clássico tornou-se a ideologia

<sup>2</sup> Paul Mantoux, *The Industrial Revolution in the Eighteenth Century* (Nova Iorque: Harcourt Brace Jovanovich, 1927), p. 344-345.

dominante do capitalismo<sup>3</sup>. Muitas das idéias do liberalismo clássico haviam deitado raízes e mesmo conquistado ampla aceitação no período mercantilista, mas foi somente no final do século XVIII e no século XIX que o liberalismo clássico dominou definitivamente o pensamento político, econômico e social na Inglaterra. A ética paternalista cristã continuou sendo defendida por muitos autores da nobreza ou a ela aliados, bem como por muitos socialistas, mas agora enquanto perspectiva de uma minoria dissidente.

### O Credo Psicológico

O credo psicológico dos ideólogos do liberalismo clássico baseava-se em quatro pressupostos sobre a natureza humana. Todo homem, diziam eles, é egoísta, frio e calculista, essencialmente inerte e atomista. (Sobre a discussão da teoria de que a natureza humana é intrinsecamente egoísta, ver capítulo III). A tese sobre o egoísmo defendida por Hobbes forneceu as bases desta concepção. Os filósofos posteriores, sobretudo Jeremy Bentham, matizaram-na com as cores do hedonismo psicológico, sustentando que todas as ações são motivadas pelo desejo de obter prazer e evitar a dor.

“A natureza, escreveu Bentham, submeteu o gênero humano ao domínio de duas autoridades soberanas: a dor e o prazer... Somos por elas governados em tudo o que fazemos, em tudo o que dizemos, em tudo o que pensamos”<sup>4</sup>. Os prazeres diferem apenas quanto à intensidade, não há diferenças de qualidade: “Sendo idêntica a quantidade de prazer, tanto faz jogar boliche como fazer poesia”. A teoria de que as motivações humanas são essencialmente egoístas foi endossada por muitos pensadores eminentes desse período, entre os quais John Locke, Bernard Mandeville, David Hartley, Abraham Tucker e Adam Smith. As idéias de Smith serão examinadas com detalhes mais adiante neste capítulo.

Os ideólogos do liberalismo clássico atribuíam ao intelecto humano um papel extremamente significativo. Embora todas as motivações tenham origem no prazer e na dor, as decisões que os indivíduos tomam quanto a que prazeres ou dores buscar ou evitar baseiam-se numa avaliação fria, desapaixonada, racional, das situações. E a razão quem diria a necessidade de avaliar todas as alternativas que determinada situação coloca para que a escolha recaia sobre a que oferece o máximo

<sup>3</sup> A análise do liberalismo clássico desenvolvia a seguir baseia-se, em grande parte, na obra de Harry K. Girvetz, *The Evolution of Liberalism* (Nova Iorque: Collier, 1963), p. 1-149.

<sup>4</sup> Jeremy Bentham, “An Introduction to the Principles of Morals and Legislation”, em

A. I. Melden, editor, *Ethical Theories* (Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall, 1955), p. 341.

de prazer e o mínimo de dor. Aí está a vertente calculista e intelectual da teoria psicológica do liberalismo clássico: a ênfase que confere à avaliação racional dos prazeres e dores e, em contrapartida, o menos-prezo pelo capricho, o instinto, o hábito, o costume e as convenções.

A visão de que os indivíduos são essencialmente inertes decorre da noção de que a busca do prazer e a rejeição da dor constituem as únicas motivações do homem. Se os homens não encontrassem atividades que lhes proporcionassem prazeres, ou se não temessem a dor, ficariam reduzidos à inércia, à imobilidade ou, em outras palavras, ficariam entregues à indolência. Todo tipo de esforço ou de trabalho era encarado como doloroso e, portanto, ninguém se dedicaria a ele se não interviesse a promessa de maior prazer ou de menos dor. "A aversão, afirmou Bentham, é a emoção — a única emoção — que o trabalho, tomado isoladamente, é capaz de suscitar; o objeto de emoções como o amor ou o desejo é o ócio, o ócio que equivale à negação ou à ausência de trabalho".<sup>5</sup>

A consequiência prática dessa doutrina (ou talvez a sua razão de ser) foi a crença, amplamente difundida na época, de que os trabalhadores eram incuravelmente preguiçosos. Portanto, somente uma grande recompensa, ou o pavor da fome e de outras privações poderia obrigar os a trabalhar. O Reverendo Joseph Townsend formulou esta idéia em termos bem sucintos: "A fome não apenas exerce uma pressão, mansa, silenciosa e incessante, como também, enquanto motivação das mais naturais para a indústria e o trabalho, obriga aos mais intensos esforços". Segundo Townsend, somente o aguilhão da fome tangeria os trabalhadores para o trabalho.<sup>6</sup>

Tal concepção diferia radicalmente da velha ética paternalista que inspirara a promulgação da Lei de Assistência aos Pobres por Isabel em 1601. A preocupação de cunho paternalista pelos pobres perdurou dois séculos, culminando, em 1795, no sistema *Speenhamland*, que garantia a todos, fossem sãos ou inválidos, trabalhadores ou desempregados, a subsistência mínima paga por meio de impostos públicos. Contra esse sistema rebelaram-se os ideólogos do liberalismo clássico. Em 1834, conseguiram assegurar a aprovação de uma nova Lei dos Pobres, cujo objetivo, segundo Dicey, "era na realidade salvar da destruição a propriedade dos homens diligentes, pondo um fim ao monstruoso sistema à sombra do qual proliferavam os vadios, que se recusavam a

trabalhar pela própria sobrevivência, preferindo viver às custas de seus industriosos vizinhos..."

Os liberais clássicos estavam, no entanto, persuadidos de que os homens de "posição superior" eram motivados pela ambição. Essa diferenciação dos homens em categorias diversas traía um elitismo, implícito em suas doutrinas individualistas. Para assegurar a colaboração, isto é, a dedicação e o esforço da "elite" os liberais clássicos julgavam que o Estado deveria conceder absoluta prioridade à proteção da propriedade privada. Embora o argumento se apresentasse inviavelmente como "um argumento destinado a garantir para o trabalhador os frutos de seu trabalho, tornou-se uma das principais apologias da instituição da propriedade privada, de um modo geral".<sup>7</sup>

Quanto ao último dos quatro pressupostos, o atomismo, dizia-se que o indivíduo constituía uma realidade mais fundamental que o grupo ou a sociedade. "A prioridade... (era)... atribuída aos derradeiros componentes de que se compunha o agregado ou o todo; tais

componentes constituíam a realidade fundamental". Ao adotarem esta noção, os liberais clássicos rejeitavam o conceito implícito na ética paternalista cristã, segundo o qual a sociedade era uma espécie de família em que o todo e as relações que o compunham tinham mais importância que os indivíduos. As convicções individualistas dos liberais eram incompatíveis com o valor que a ética paternalista cristã atribuía aos vínculos humanos e pessoais. O grupo era nada mais nada menos que a soma dos indivíduos que o compunham. As restrições impostas pela sociedade aos indivíduos eram, por princípio, um mal, e só deviam ser toleradas quando um mal maior pudesse resultar de sua ausência.<sup>8</sup>

A essa psicologia atomista pode-se opor outra psicologia de cunho mais social, segundo a qual a maior parte das características, hábitos, modos de perceber e pensar os processos relacionados à vida, bem como os traços gerais de personalidade dos indivíduos são influenciados, em grau significativo, quando não determinados, pelas instituições e relações sociais das quais os indivíduos fazem parte. Já a psicologia atomista encara a formação do indivíduo como um processo exterior e independente, e por extensão, considera as instituições sociais ao mesmo tempo como instrumentos e criação dos indivíduos. Segundo esta visão, a sociedade existe apenas porque é útil, pois, não fosse por sua utilidade, os indivíduos seguiriam seus próprios caminhos, descar-

7. Albert V. Dicey, *Law and Public Opinion in England*, 2.ª ed. (Londres: Macmillan, 1926), p. 203.

8. Girvetz, *op. cit.*, p. 50.

9. *Ibid.*, p. 41.

tando-se da sociedade assim como se desfariam de uma ferramenta de cujos serviços não precisassem mais.

## O Credo Econômico

Algumas explicações são indispensáveis para que se possa compreender por que os liberais clássicos consideravam a sociedade tão útil. Falavam, por exemplo, do “espírito gregário do homem”, da necessidade de segurança coletiva e das vantagens econômicas da distribuição organizados em sociedade. A questão da divisão do trabalho constituía o alicerce fundamental da doutrina econômica do liberalismo clássico, cuja importância era crucial na medida em que o pensamento liberal clássico apoiava-se em duas suposições aparentemente conflitantes.

Por um lado, a suposição de que o egoísmo é inato no homem levou Hobbes a afirmar que, na ausência de mecanismos coercitivos, as motivações egoísticas do homem conduziriam a um “estado natural”, de guerra, em que os homens viveriam se digladiando entre si. No estado de natureza, segundo Hobbes, a vida do homem era “solitária, pobre, torpe, bestial e curta”. A única forma de escapar ao combate permanente, selvagem e brutal teria sido a instauração de alguma fonte de poder absoluto — um governo central — ao qual todo homem se submeteria em troca de proteção contra a ameaça representada pelos outros homens<sup>10</sup>.

Por outro lado, um dos princípios fundamentais do liberalismo clássico era que os homens (sobretudo os homens de negócios) deveriam dispor de liberdade para dar vazão a seus impulsos egoístas, o que implicava a supressão dos mecanismos de controle e coerção impostos pela sociedade, exceto os dispensáveis. Esta contradição aparente foi resolvida pela doutrina econômica liberal. Sem negar a existência da competição e da rivalidade motivadas pelo egoísmo irrestrito dos homens em uma economia de mercado, os economistas liberais afirmavam que essas relações de competição eram benéficas tanto para os indivíduos quanto para a sociedade como um todo. Esta visão foi enunciada na maior e mais profunda realização intelectual do liberalismo clássico: a obra de Adam Smith, *A Riqueza das Nações*, publicada em 1776.

Smith acreditava que “todo indivíduo... esforça-se continuamente para encontrar o emprego mais vantajoso para o capital, seja ele qual for, que estiver sob seu comando<sup>11</sup>. ” Os indivíduos desprovidos de

capital estão sempre procurando o emprego que lhes ofereça o maior retorno monetário possível pelo seu trabalho. Se ambos, capitalistas e trabalhadores, ficassem entregues à própria sorte, o interesse próprio dos levaria a empregar seu capital ou seu trabalho onde este fosse mais produtivo. O interesse pelo lucro faria com que a escolha recaísse naturalmente sobre a produção de um bem que corresponderia à necessidade das pessoas e que elas estariam dispostas a adquirir. Assim, Smith e, de um modo geral, todos os liberais clássicos se opunham a que uma autoridade ou lei determinasse o que deveria ser produzido. “Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro, do padeiro que esperamos nosso jantar, mas de sua preocupação com o seu próprio interesse<sup>12</sup>”, escreveu Smith. Os produtores dos mais variados bens devem concorrer no mercado e disputar os dólares dos consumidores. O produtor que oferecer o produto de melhor qualidade, atrairá mais consumidores. O interesse próprio o levará a aprimorar constantemente a qualidade de seu produto. O produtor poderá também aumentar seus lucros reduzindo ao máximo os custos de produção.

Desse modo, em um *mercado livre*, no qual os produtores, movidos pelo desejo egoísta de obter mais lucros, concorreriam entre si para atrair o dinheiro dos consumidores, o capital e o trabalho seriam obrigatoriamente, por força do próprio mercado, investidos da forma mais produtiva, assegurando a produção dos gêneros necessários e desejados pelos consumidores (o que se traduziria nas possibilidades e na disposição manifestada pelos consumidores de comprá-los). Além disso, o mercado levaria os produtores a aprimorar constantemente a qualidade de seus produtos e a organizar a produção da forma mais eficiente e menos dispendiosa possível. Todas essas ações benéficas seriam a decorrência direta da concorrência entre homens egoístas, cada qual agindo em seu próprio interesse.

Isso nada tem em comum com o mundo “solitário, pobre, torpe e bestial” imaginado por Hobbes, e que ele atribuía à concorrência entre os homens. A milagrosa instituição social que tornaria possível o quadro concebido acima era um mercado livre de toda e qualquer restrição, o livre jogo das forças da oferta e da procura. (O mercado agiria, segundo Adam Smith, como uma “mão invisível”, canalizando as motivações egoísticas e interesses das homens para atividades mutuamente complementares que promoveriam de forma harmoniosa o bem-estar de toda a sociedade. O funcionamento desses mecanismos implicava a supressão das regras, orientações e restrições de cunho paternalista, e nisso residia o seu maior encanto. Em uma economia

10. Hobbes, *Leviathan*, reimpresso em Melden, *op. cit.*, p. 192-205.

11. Adam Smith, *The Wealth of Nations* (Nova Iorque: Modern Library, 1937), p. 421.

12. *Ibid.*, p. 14.

capitalista de mercado, a ausência de coerção era compatível com a regularidade natural dos processos econômicos, da qual resultaria a maximização do bem-estar individual e do bem-estar de toda a sociedade (entendida, convém lembrar, como o simples agregado dos indivíduos que a compunham). Nas palavras de Adam Smith, cada produtor: tem em vista exclusivamente sua própria segurança; ao dirigir a indústria de modo a que os bens produzidos alcancem o maior valor possível, está preocupado unicamente com o próprio ganho, e nesse caso, como em muitos outros, é levado por uma mão invisível a promover um fim que não figurava em suas intenções. Nem sempre é pior para a sociedade que esse fim não figure em suas intenções. Ao perseguir o seu próprio interesse, freqüentemente promove o interesse da sociedade de forma mais eficaz do que quando é realmente sua intenção promovê-lo. Eu nunca soube de grandes ações praticadas por aqueles que se dedicam ao comércio em nome do bem comum. Em verdade, esse é um sentimento raro entre os mercadores, e bastariam poucas palavras para dissuadi-los de abraçar causa tão nobre.<sup>13</sup>

Essa colocação demonstra que a filosofia de Adam Smith era a antítese da ética paternalista cristã. A noção cristã de que aos ricos cabia promover a segurança e o bem-estar dos pobres, através de medidas paternalistas e atos de caridade, opõe-se diametralmente à imagem que nos dá Adam Smith do capitalista preocupado exclusivamente com “seu próprio interesse, e não com o da sociedade... Mas, ao agir em seu próprio interesse, ele é naturalmente, ou melhor, necessariamente, levado a preferir os investimentos mais vantajosos para a sociedade<sup>14</sup>. ”

Um mercado livre e sem entraves, além de assegurar a utilização mais valiosa das energias e dos recursos produtivos, possibilitaria também um progresso econômico contínuo. Para Adam Smith, a prosperidade econômica dependia da capacidade produtiva da economia. A capacidade produtiva, por sua vez, dependia da acumulação de capital e da divisão do trabalho. Se um homem produzisse tudo o que ele e sua família necessitavam, a produtividade permaneceria extremamente baixa. No entanto, se os homens dividissem entre si tarefas, e cada um se dedicasse unicamente à produção da mercadoria para a qual estivesse melhor capacitado, a produtividade naturalmente aumentaria. A divisão de tarefas pressupunha a existência de um mercado onde os diversos produtos pudessem ser trocados. Cada indivíduo compareceria ao mercado para adquirir os bens de que necessitava mas que não produzia.

O crescimento da produtividade seria ainda maior se o processo de produção das mercadorias fosse segmentado em várias etapas ou estágios. Cada pessoa trabalharia em apenas um estágio do processo de

produção de determinada mercadoria. Para que a divisão do trabalho fosse levada a esse nível, seria necessário que os trabalhadores dispusessem de ferramentas e equipamentos especializados, e que todos os estágios do processo de produção das mercadorias fossem reunidos em um mesmo local e submetidos a um controle, como acontece, por exemplo, numa fábrica. Conseqüentemente, uma divisão de trabalho cada vez mais complexa requeria acumulação de capital sob a forma de ferramentas, equipamentos, fábricas e dinheiro. O capital proporcionaria também os salários para a manutenção dos trabalhadores durante o período de produção, antes de o produto de seus esforços coordenados chegar à fase de realização, isto é, ser vendido no mercado.

A fonte da acumulação de capital eram, evidentemente, os lucros detidos com a produção. Enquanto a procura se mantivesse suficientemente elevada para absorver quantidades de produtos superiores às quantidades produzidas, os capitalistas continuariam investindo seus lucros com a finalidade de expandir seu capital, o que resultaria numa divisão de trabalho cada vez mais complexa. O aprofundamento da divisão de trabalho, por sua vez, possibilitaria índices mais elevados de produtividade, maiores salários, maiores lucros, maior acumulação de capital e assim por diante, numa espiral ascendente e interminável de progresso social. O processo só seria interrompido caso a procura se tornasse insuficiente para absorver a quantidade de produtos oferecida, paralisando assim o processo de acumulação de capital e do aprofundamento da divisão do trabalho. A regulamentação governamental da economia, a imposição de quaisquer restrições que tolhessem a liberdade do mercado teria apenas o efeito de provocar a retração da procura e de interromper o processo de acumulação de capital antes do tempo devido. Definitivamente, não havia lugar para a intromissão paternalista do governo nos assuntos econômicos.

## A Teoria da População

A teoria populacional de Thomas Robert Malthus ocupa um lugar importante entre as doutrinas econômicas e sociais do liberalismo clássico. Segundo Malthus, os homens são, em sua maioria, movidos por um desejo insaciável de prazer sexual. Em consequência disso, a população naturalmente, isto é, quando não está *submetida a controle*, tende a crescer em proporção geométrica — ou seja, a cada geração, a população cresceria na proporção 1, 2, 4, 8, 16 e assim por diante. Em compensação, a produção de alimentos, na melhor das hipóteses, cresce

13. *Ibid.*, p. 423.

14. *Ibid.*, p. 421.

em proporção aritmética — ou seja, a cada geração, no proporção de 1, 2, 3, 4, 5 e assim por diante.

Obviamente, segundo este raciocínio, torna-se indispensável submeter o crescimento da população a algum mecanismo de controle. A oferta de alimentos não seria suficiente para manter uma população que estivesse crescendo em proporção geométrica. Para Malthus, havia duas maneiras de conter o crescimento populacional: os controles preventivos e os controles positivos. Os controles preventivos agiam no sentido de reduzir a taxa de natalidade, e os controles positivos, no sentido de incrementar a taxa de mortalidade.

As restrições morais, o vício e o controle da natalidade seriam os mecanismos básicos de controle preventivo. As restrições morais constituiam o meio pelo qual os homens de condição superior limitavam as dimensões de suas famílias, para evitar a dissipação de suas riquezas por um número excessivamente grande de herdeiros. O vício e o controle da natalidade eram os mecanismos de controle preventivo próprios dos homens de condição inferior. No entanto, Malthus considerava insuficiente a ação desses dois últimos mecanismos para conter os elevados índices de reprodução entre os pobres.

A fome, a miséria, as pragas e as guerras constituíam os mecanismos de controle positivo, cuja atuação era inevitável devido à ineficácia dos controles preventivos, incapazes, por si só, de limitar o crescimento populacional entre as classes inferiores. Segundo Malthus, se os controles positivos fossem de alguma forma neutralizados, a população, à medida que aumentasse, exerceria uma pressão cada vez maior sobre as reservas alimentares, até que a fome e a inanição — derradeiro e inevitável mecanismo de controle — produzissem seus efeitos e contivessem o crescimento populacional.

Antes que a fome se generalizasse, Malthus sugeria determinadas medidas destinadas a facilitar a ação dos controles positivos:

Seja qual for a taxa de crescimento dos meios de subsistência, é uma verdade evidente que estes, ao final de um certo tempo, inevitavelmente colocarão limites ao crescimento populacional pelo menos depois que os alimentos tiverem sido divididos nas frações mínimas necessárias para o sustento da vida. Desse momento em diante todas as crianças recém-nascidas que ultrapassarem o limite previsto para estabilizar a população neste nível terão necessariamente que morrer, a menos que a morte de adultos lhes ceda lugar. Portanto, se quisermos agir corretamente, devemos facilitar a ação da natureza que produz a mortalidade, ao invés de nos esforçarmos inútil e totalmente por impedí-la. E se encaramos com horror a visita por demais frequente desse terrível espectro da fome, mais uma razão para encorajarmos com diligência as outras formas de destruição, compelindo a natureza a fazer uso delas. Ao invés de recomendarmos o asseio aos pobres, conviria estimular os hábitos contrários. Em nossas cidades, deveríamos construir as ruas mais estreitas, apinhando mais gente no interior das casas e provocar o retorno das pragas. No campo, deveríamos construir as aldeias perto de poços de água estagnada e, sobretudo, encorajar o estabelecimento de colonos em terrenos pantanosos, e insalubres. Acima de

tudo, deveríamos condenar o uso de medicamentos específicos que anulam os efeitos devastadores das moléstias, e condenar, também os homens benevolentes, mas profundamente equivocados, que julgam prestar grandes serviços à humanidade quando elaboram planos para extinguir determinadas enfermidades. Se, por esses e outros meios semelhantes, conseguissemos dilatar a taxa de mortalidade anual, provavelmente qualquer um de nós poderia casar ainda na puberdade, e mesmo assim poucos morreriam de fome.<sup>15</sup>

Malthus acreditava que as massas eram incapazes de respeitar restrições morais, única solução para o problema populacional, o que as condenava a viver, para sempre, ao nível de subsistência. Afirmava que se, durante uma geração, as rendas e riquezas fossem redistribuídas, acabariam sendo dissipadas pelas massas, em consequência de sua devassidão e incapacidade de conter o crescimento populacional. Ao fim desse período voltariam a ser tão pobres e destituídos quanto eram antes.

As iniciativas paternalistas, destinadas a remediar a situação dos pobres, estavam fadadas ao fracasso. Malthus as considerava nocivas porque privavam de suas rendas e riquezas os homens de condição superior (e de moral mais elevada). Os homens de condição social superior eram responsáveis, quer por suas ações pessoais, quer pelo apoio prestado a outros, por todas as grandes realizações da sociedade. À arte, à música, à filosofia, à literatura e todas as esplêndidas criações culturais da Civilização Ocidental deviam sua existência ao bom gosto e à generosidade dos indivíduos, que compunham a nata da sociedade. Tomar o dinheiro desses homens era o mesmo que seca a fonte de onde emanavam tais realizações; utilizá-lo para aliviar as condições de vida dos pobres era para Malthus um exercício fútil e inconsequente.

É óbvio que a teoria populacional de Malthus e as teorias econômicas liberais conduziam a uma mesma conclusão: os governos paternalistas deviam renunciar a qualquer tentativa de, em nome dos pobres, intervir na economia. Ainda hoje, muitos defendem as idéias de Malthus, insistindo em que a pobreza é culpa dos pobres, que têm filhos em quantidade excessiva, e em que nada se pode fazer para extermíná-la.

## O Credo Político

As doutrinas econômicas e populacionais do liberalismo clássico desdobram-se, naturalmente, num credo político que rejeita o Estado ou o governo, considerando-o um mal tolerável apenas, quando não houver outra forma de evitar um mal maior. Essa aversão pelo Estado

15. Thomas Robert Malthus, *Essay on the Principle of Population*, vol. 2 (Nova Iorque: Dutton, 1961), p. 179-180.

advinha, em grande parte, da corrupção, dos caprichos e da tirania a que se entregaram vários monarcas europeus, e no caso específico da Inglaterra, da atitude do Parlamento, que carecia de representatividade e agia, freqüentemente, de forma despótica. Os liberais não condenavam nenhum governo em particular, mas sim os governos em geral. Thomas Paine traduziu, com muita propriedade, os sentimentos dos liberais clássicos quando escreveu: “A sociedade, seja qual for a sua grandeza, é uma bênção; já os governos, mesmo os de maior grandeza, são, quando muito, um mal necessário: os de menor grandeza, um mal intolerável<sup>16</sup>...”

Que funções deveriam exercer os governos, segundo a concepção dos liberais clássicos? Em *A Riqueza das Nações*, Adam Smith enumera três: proteger o país contra invasores estrangeiros, proteger os cidadãos contra “injustiças” cometidas por outros cidadãos e o “dever... de erigir e manter as instituições e obras públicas que, embora altamente vantajosas para toda grande sociedade, são de natureza tal que os lucros jamais compensariam as despesas se estas estivessem a cargo de um indivíduo ou de pequeno número de indivíduos. Por essa razão, não se pode esperar que venham a ser erigidas ou mantidas por um indivíduo ou por um pequeno número de indivíduos<sup>17</sup>”.

Essas três funções são por demais genéricas; e quase todas as ações de um governo poderiam ser enquadradas em uma delas. Antes de explicitar as funções específicas que os liberais atribuíam aos governos, é necessário discutir uma objeção levantada com freqüência quando se diz que as obras de Adam Smith exprimem parte de uma ideologia que justifica o capitalismo. A isso objeta-se comumente que Adam Smith não falava em nome dos capitalistas de sua época, o que se percebe em vários trechos de sua obra, em que ele manifesta uma nítida suspeita, uma visível falta de confiança nos capitalistas<sup>18</sup>. Apesar dessa observação ser, sem a menor dúvida, correta, os capitalistas não deixaram de recorrer aos argumentos levantados por Adam Smith para investirem contra os últimos óbices governamentais de caráter paternalista, que impediham plena realização do princípio do lucro. Foram as razões colocadas por Adam Smith que aliviaram suas consciências culpadas com a miséria e o generalizado sofrimento pelas quais eram responsáveis. Afinal de contas, quando se preocupavam exclusivamente com os lucros estavam apenas seguindo os seus conselhos; como dizia Adam

Smith, agindo em seu próprio interesse, prestariam os melhores serviços à sociedade.

A forma como os liberais clássicos interpretaram a teoria de Smith a respeito das três funções de um governo deixou claro que não hesitavam em endossar os atos de um governo paternalista desde que estes beneficiasse os capitalistas. E assim, “a doutrina do *laissez-faire*... até então entregue aos cuidados de intelectuais como Adam Smith... passou para a custódia dos homens de negócios, das indústrias e dos porta-vozes que assalariavam<sup>19</sup>”.

De início, a exigência de que o governo protegesse o país contra ameaças externas foi estendida, no final do século XIX, de modo a abranger também a proteção, ou mesmo a ampliação dos mercados externos, através da coerção militar. Em segundo lugar, a função de proteger os cidadãos contra “injustiças” cometidas por outros cidadãos ganhou uma nova conotação: proteger a propriedade privada, garantir o cumprimento dos contratos e preservar a ordem interna. Proteger a propriedade privada, sobretudo a propriedade de fábricas e equipamentos, é, evidentemente, o mesmo que assegurar a condição *sine qua non* do capitalismo. Por serem os proprietários dos meios de produção, os capitalistas detinham o poder político e econômico. Atribuir ao governo a função de proteger as relações de propriedade significava atribuir-lhe a missão de proteger a fonte de onde emanava o poder que fazia dos capitalistas a classe política e economicamente dominante.

A função de zelar pela execução dos contratos era também essencial para o bom funcionamento do capitalismo. A complexidade da divisão do trabalho, da organização e coordenação da produção, bem como os investimentos colossais de capital em muitos empreendimentos comerciais, requeriam a existência de mecanismos que assegurassem aos capitalistas o cumprimento dos seus compromissos contratuais. A noção medieval de que os costumes e as circunstâncias particulares a cada caso definiam as obrigações dos indivíduos havia se tornado incompatível com as necessidades do capitalismo. Em vista disso a execução dos contratos, indispensável para o funcionamento do sistema capitalista transformou-se em dever de Estado, exercido por meio da coerção.

A preservação da ordem interna sempre foi considerada uma função necessária. No final do século XVIII e no princípio do século XIX, contudo, a defesa da ordem interna significou na maioria das vezes o esmagamento brutal dos movimentos sindicais ou no caso específico da Inglaterra, do movimento cartista, que eram encarados pelos capitalistas como sérias ameaças às suas lucrativas atividades.

16. Citado em Givertz, *op. cit.*, p. 66.

17. Smith, *op. cit.*, p. 681.

18. Para uma demonstração dessa visão, bem como uma abordagem da economia clássica de um ponto de vista que difere do adotado neste livro, ver Lionel Robbins, *The Theory of Economic Policy in English Classical Political Economy* (Londres: Macmillan, 1953).

Por fim, a função de “erigir e manter as instituições e obras”... de interesse público foi interpretada, de um modo geral, como a função de criar e manter instituições que fomentassem a produção e as operações comerciais. Incluía-se aí a função de garantir a circulação de uma moeda estável e uniforme, a padronização dos pesos e medidas e a criação dos meios físicos necessários à condução dos negócios como estradas, canais, portos, ferrovias, serviços postais e outros meios de comunicação. Embora a maior parte dessas empresas de serviço fosse propriedade privada, os governos capitalistas, geralmente, arcavam com os trabalhos de construção ou manutenção, quer através de subsídios financeiros a empresários privados, quer assumindo diretamente a realização desses projetos.

Do que foi dito acima, conclui-se que a filosofia liberal clássica do *laissez-faire* condenava a interferência governamental nos assuntos econômicos somente quando esta interferência prejudicava os interesses dos capitalistas. Por outro lado, acolhiam com satisfação e até mesmo reivindicavam, interferências paternalistas, nos assuntos econômicos, que estabilizassem os negócios e ampliassem as possibilidades de lucro<sup>20</sup>.

## O Liberalismo Clássico e a Industrialização

No final do século XVIII e no princípio do século XIX, ocorreram simultaneamente a Revolução Industrial e o triunfo do liberalismo clássico, ideologia do capitalismo. O liberalismo proporcionou as bases filosóficas do sistema capitalista industrial. As novas idéias liberais criaram na Inglaterra setecentista uma atmosfera política e intelectual extremamente propícia ao desenvolvimento do sistema fabril.

No período mercantilista a ética paternalista cristã, em sua versão medieval, dera origem a um sistema de restrições amplamente difundido, que regulamentava minuciosamente a conduta dos capitalistas. Os capitalistas e seus porta-vozes opuseram a esses óbices uma filosofia individualista, em nome da qual reivindicavam maior liberdade para se dedicarem à busca de lucros em um mercado livre de impedimentos e restrições. Parece lógico que o triunfo dessa filosofia tenha coincidido com a maior realização da classe capitalista: a Revolução Industrial. A Revolução Industrial elevou-a à condição de classe política e economi-

camente dominante, fato decisivo para explicar o triunfo do liberalismo clássico, ideologia da era inaugurada pelo capitalismo industrial.

### Resumo

A pressão da demanda, em rápida expansão, e as perspectivas de lucros elevados produziram, no final do século XVIII e no princípio do século XIX, uma “verdadeira explosão da atividade inventiva”. Nesse período de profundas inovações — que se convencionou chamar de Revolução Industrial — a Inglaterra (e, posteriormente, a Europa ocidental e a América do Norte) transformou-se numa sociedade urbana dominada por grandes cidades manufatureiras, nas quais multidões de trabalhadores eram submetidas à disciplina desumanizadora da produção fabril.

Nesse período, a ideologia liberal clássica conquistou, definitivamente, o pensamento econômico e social. A nova ideologia caracterizava os homens como indivíduos essencialmente egoístas, frios, calculistas, indolentes e, de um modo geral, independentes da sociedade a que pertenciam. A análise de Adam Smith sobre o mercado, concebido como a “mão invisível”, que canalizava as motivações egoísticas dos homens para atividades de maior utilidade social, proporcionou os fundamentos da doutrina do *laissez-faire*. Segundo essa filosofia competia aos governos assumir exclusivamente as funções que respaldassem e incentivassem as atividades lucrativas.

Finalmente, a teoria populacional de Malthus condenava as medidas sociais destinadas a mitigar o sofrimento dos pobres, não apenas por serem inúteis, mas também por suas consequências socialmente nocivas. A aceitação dessa visão implicava renunciar definitivamente à ética paternalista cristã.

20. Provas em quantidade confirmando essa afirmação podem ser encontradas em Warren J. Samuels, *The Classical Theory of Economic Policy* (Nova Iorque: World Publishing, 1966).

engendrava tensões e contradições, afirmava Lenin, muito mais sérias e explosivas que as tensões e contradições do capitalismo de livre concorrência sobre as quais Marx havia escrito. O capitalismo continuava fadado à destruição. O futuro pertencia ainda ao socialismo.

## CAPÍTULO XI

### Resumo

O período que se estende do final do século XIX ao princípio do século XX testemunhou a partilha imperialista da maior parte das regiões economicamente subdesenvolvidas do mundo. As populações dessas regiões foram submetidas à mais dura e cruel exploração, em proveito dos lucros das grandes corporações sediadas nos países capitalistas avançados.

A questão do imperialismo provocou a cisão do movimento socialista evolucionário. Muitos socialistas reformistas, entre eles George Bernard Shaw e Eduard Bernstein, posicionaram-se em favor do imperialismo. Outros, entre os quais J. S. Hobson, repudiaram-no vigorosamente. Para Hobson, autor de um estudo importante sobre o imperialismo, a causa fundamental desse fenômeno sócio-econômico era a má distribuição das riquezas e rendas. Propunha reformas visando a corrigir essa distorção, mantendo inalterado o sistema capitalista.

Virtualmente todos os socialistas marxistas opuseram-se ao imperialismo. Para Rosa Luxemburg, a razão fundamental do imperialismo residia na insuficiência da demanda agregada. A despeito das imperfeições de pressupostos teóricos, ela desenvolveu análises brilhantes sobre a natureza do imperialismo, do nacionalismo e do militarismo. As lacunas de sua teoria foram preenchidas por Lenin, na obra intitulada *Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo*. Lenin atribuiu grande importância à necessidade de exportar capitais e de incorporar zonas que oferecessem boas oportunidades de investimento para esses capitais. Sua análise representa ainda hoje, a crítica marxista mais penetrante do imperialismo.

### A Teoria Econômica Keynesiana e a Grande Depressão

A Guerra Civil e o ano de 1900 delimitam um período de rápida expansão econômica nos Estados Unidos. As realizações dessa fase parecem, no entanto, insignificantes quando comparadas ao crescimento ocorrido entre 1900 e 1929. Os índices apresentados a seguir ilustram o crescimento percentual da produção industrial registrado em várias indústrias-chaves, entre 1899 e 1927<sup>1</sup>.

Produtos químicos, etc.	239%
Couro e artefatos	321
Têxteis e derivados	499
Produtos alimentares	551
Maquinaria	562
Papel e gráfica	614
Aço e artefatos	780
Materiais de transporte e bens de capital	969

Calcula-se que a riqueza dos Estados Unidos (os valores de mercado de todos os ativos econômicos) tenha alcançado 86 milhões de dólares em 1900, saltando para 361 bilhões de dólares em 1929.

Esse crescimento espetacular colocou os Estados Unidos muito adiante dos outros países capitalistas elevando-os à condição de primeira potência industrial do mundo. A despeito das recessões ocorridas em

<sup>1</sup>. Dados extraídos de Leo Huberman, *We the People* (Nova Iorque: Monthly Review Press, 1964), p. 254.

1923 e 1927, o produto industrial norte-americano cresceu continuamente durante a década de 1920, alcançando níveis sem paralelo em todo o mundo. De 1914 a 1929, o produto nacional bruto — o valor de todos os bens e serviços produzidos no país — cresceu 62%. Somente 3,2% da força de trabalho estava desempregada em 1929. A produtividade do trabalho elevou-se na década de 20 tão rapidamente quanto os salários. Em 1921, foram licenciados menos de 11 milhões de automóveis; já em 1929, eram mais de 26 milhões os automóveis licenciados. Os consumidores despendiam dezenas de milhares de dólares na aquisição de rádios, geladeiras e outros aparelhos elétricos, cuja produção e comercialização em massa era um fato recente. A indústria norte-americana transformara-se, aos olhos da maior parte da população, numa cornucópia inesgotável destinada a criar fartura para todos.

Além de conquistarem a liderança no campo da produção industrial, os Estados Unidos adquiriram a hegemonia financeira na economia mundial. Seu império econômico rivalizava com o da Inglaterra. Em 1930, os empresários norte-americanos possuíam investimentos de grande vulto em todo o mundo, como demonstra o quadro apresentado a seguir<sup>2</sup>.

Canadá	\$ 3.942.000.000
Europa	\$ 4.929.000.000
México e América Central	\$ 1.000.000.000
América do Sul	\$ 3.042.000.000
Índias Ocidentais	\$ 1.233.000.000
Africa	\$ 118.000.000
Ásia	\$ 1.023.000.000
Oceania	\$ 419.000.000

## A Grande Depressão

Essa era de prosperidade e abundância econômica foi subitamente interrompida, em 24 de outubro de 1929. Nesse dia, que ficou conhecido como a “Quinta-Feira Negra”, o valor dos títulos negociados na Bolsa de Nova Iorque iniciou a sua trajetória descendente, abalando profundamente a confiança nos negócios. Os empresários, atemorizados e descrentes, efetuaram cortes drásticos na produção e nos investimentos. A consequência disso foi o declínio da renda nacional e o desemprego em massa, o que, por sua vez, minou ainda mais a confiança na economia. Enquanto perdurou esse círculo vicioso, milhares de corpora-

ções faliram, e milhares de trabalhadores foram à rua. Uma das piores catástrofes econômicas na história do país estava em curso.

Entre 1929 e 1932, registraram-se 85.000 falências de empresas; mais de 5.000 bancos suspenderam suas operações; o valor das ações na Bolsa de Nova Iorque caiu de 87 bilhões de dólares para 19 bilhões de dólares; 12 milhões de pessoas ficaram desempregadas e cerca de um quarto da população se viu privada dos meios necessários para garantir a sua subsistência; a renda agrícola reduziu-se a menos da metade; o produto industrial diminuiu cerca de 50%<sup>3</sup>. A mais próspera potência mundial precipitava-se numa crise sem precedentes, lançando milhões de pessoas na mais profunda e desesperadora miséria. Particularmente duros foram os efeitos da crise para os negros e outros grupos minoritários. A proporção de negros entre os desempregados superava entre 60 e 400% a proporção de negros no conjunto da população<sup>4</sup>. Certas áreas geográficas sofreram mais que outras. O congressista George Huddleston do Alabama apresentou em janeiro de 1932 o seguinte relatório: Há cerca de 108.000 assalariados em meu distrito, dos quais acredito que no máximo 8.000 obtêm seus rendimentos normais. Pelo menos 25.000 homens estão totalmente desempregados. Alguns deles não conseguem qualquer espécie de trabalho há mais de 12 meses. Entre 60 e 75 mil homens estão trabalhando de um a cinco dias por semana, e praticamente todos tiveram seus salários drasticamente reduzidos. Muitos nem chegam a ganhar a média de \$1,50 por dia<sup>5</sup>.

A maioria das cidades não conseguiu manter o auxílio pecuniário aos desempregados por muito tempo, geralmente uma semana. Depois disso, as pessoas eram obrigadas a sobreviver com seus próprios recursos. O diretor executivo do Welfare Council (Conselho do Bem-Estar) da cidade de Nova Iorque narrou a situação a que estavam entregues os desempregados:

Quando o trabalhador perde o seu ganha-pão, geralmente a primeira coisa que faz é exaurir suas economias, quando tem algumas. Em seguida, se é dono de uma apólice de seguro, contrai empréstimos até o limite de seu valor monetário. Toma dinheiro emprestado de seus amigos e parentes, até que estes não possam mais arcar com o ônus de sustentá-lo. Obtém crédito no armazém e no açoique da esquina. O proprietário do imóvel onde ele habita desiste de procurá-lo para cobrar os alugueis atrasados, e enquanto isso, os juros e as taxas vão se acumulando, e alguma coisa é preciso ser feita. Ao fim de algum tempo, todos esses recursos se esgotam. Essas pessoas, que desconheciam o que era passar necessidade, vêem-se obrigadas a pedir auxílio. O espectro da fome ronda milhões de famílias que nunca haviam experimentado a realidade do desemprego por um período tão prolongado e que certamente nunca conhecerao o que era estar entregues a uma situação absolutamente desesperadora<sup>6</sup>.

<sup>3</sup> Dados extraídos de Louis M. Hacker, *The Course of American Economic Growth and Development* (Nova Iorque: Wiley, 1970), p. 300-301.

<sup>4</sup> Ver Lester V. Chandler, *America's Greatest Depression* (Nova Iorque: Harper & Row, 1970), p. 40-41.

<sup>5</sup> U. S. Congress, Senate, *Hearings before a subcommittee of the Committee on Manufactures*, 72.º Cong., 1.ª sessão, p. 239.

<sup>6</sup> Citado por Chandler, *op. cit.*, p. 41-42.

Um relatório de 1932, descrevendo a operação de despejo de lixo num depósito da cidade de Chicago, fixou um flagrante da miséria e da degradação a que foram arrastados esses milhões de pessoas: "Em torno do caminhão que descarregava lixo e outros dejetos, havia cerca de 35 homens, mulheres e crianças. Nem bem o caminhão se afastou do monturo, atiraram-se a ele e puseram-se a cavar com paus, alguns com as próprias mãos, agarrando restos de comida e de verdura".

O que provocara redução tão drástica da produção de bens e serviços? Recursos naturais havia em tanta abundância quanto antes. O país conservava a mesma quantidade de fábricas, ferramentas e máquinas. A população não perdera a sua capacidade de trabalho, tampouco o desejo de trabalhar. Ainda assim, milhões de trabalhadores e suas famílias mendigavam, tomavam emprestado, roubavam ou engrossavam longas filas para obter uma ninharia qualquer a título de caridade. Enquanto isso, milhares de fábricas permaneciam paralisadas ou operavam muito abaixo de sua capacidade. A explicação deve ser procurada nas instituições do sistema de mercado capitalista. As fábricas poderiam ser reabertas para que os homens voltassem a trabalhar. Não foram, porque não era lucrativo para os empresários reabri-las. Em uma economia capitalista, as decisões concernentes à produção baseiam-se, antes de tudo, no princípio do lucro, não nas necessidades do homem.

## A Doutrina Econômica de Keynes

A causa socialista ganhou muitos adeptos na década de 1930. Enquanto o mundo capitalista debatia-se no que foi talvez sua mais violenta depressão, a economia soviética crescia em ritmo acelerado. A grande depressão produziu um choque traumático na população norte-americana, abalando profundamente a sua convicção de que o país progrediria indefinidamente e alcançaria níveis de prosperidade material sem paralelo no mundo.

O sistema econômico capitalista parecia estar à beira de um colapso total. Urgia tomar medidas drásticas que revertesssem o processo de crise. Antes, porém, era necessário conhecer melhor a natureza do mal que colocava em risco a existência do sistema. Dessa tarefa incumbiu-se um dos mais brilhantes economistas desse século: John Maynard Keynes (1883-1946). Em sua famosa obra *The General Theory of Employment, Interest and Money*, Keynes procurou analisar o que

estava acontecendo com o capitalista e apontar soluções que pudessem salvá-lo.

Keynes iniciou a sua obra analisando o processo de produção. Num determinado período de produção, uma empresa produz certo volume de dólares sob a forma de bens. Com o que apura na venda desses bens, a empresa paga seus custos de produção, que incluem salários, remunerações, rendas, suprimentos e matérias-primas, bem como os juros dos empréstimos contraídos. A quantia restante converte-se em lucro.

O importante a lembrar é o seguinte: o que para a empresa é custo de produção representa renda para um indivíduo ou para outra empresa. O lucro também é renda — a renda que se destina aos proprietários da empresa. Ora, se o valor da produção esgota-se nos custos de produção e nos lucros, e se estes itens constituem renda, conclui-se que o valor do que foi produzido deve, necessariamente, ser igual às rendas geradas no decorrer da produção.

O mesmo quadro utilizado para uma empresa isolada aplica-se à economia em seu conjunto. O valor de tudo aquilo que é produzido durante determinado período equivale ao total de rendas recebidas nesse mesmo período. Conseqüentemente, para que as empresas vendam tudo o que produziram, é necessário que a população gaste, coletivamente, todas as suas rendas. Se a renda total distribuída na sociedade for gasta na aquisição de bens e serviços, o valor da produção será integralmente. Nesse caso, os lucros permanecerão elevados e os empresários procurarão produzir a mesma quantidade, ou uma quantidade maior de bens e serviços no período subsequente.

Keynes denominou esse processo *fluxo circular*. O dinheiro flui das empresas para o público sob a forma de salários, remunerações, rendas, juros e lucros; em seguida, esse dinheiro retorna para as empresas quando o público adquire os bens e serviços oferecidos por elas. O processo perdura, enquanto as empresas puderem vender tudo o que produzirem e obter lucros satisfatórios.

Mas esse processo não é automático. Quando o dinheiro flui das empresas para o público, parte dele não retorna diretamente para as empresas. O fluxo circular apresenta vazamentos. Para começar, nem todos despendem todas as suas rendas. Uma percentagem dessas rendas é poupança, geralmente em bancos, e portanto deixa de participar do fluxo de despesas. Esse vazio pode ser preenchido por outras pessoas que contraem empréstimos nos bancos e despendem quantias superiores às suas rendas. Keynes constatou, no entanto, que no auge da prosperidade a poupança geralmente supera os empréstimos aos consumidores. Forma-se, portanto, uma poupança líquida ou um vazamento real no fluxo circular rendas-despesas.

7. Citado por Huberman, *op. cit.*, p. 260.

Keynes identificou duas outras fontes de vazamento: (1) As pessoas adquirem bens e serviços de empresas estrangeiras, e assim o dinheiro gasto com essas importações deixa de ser gasto com os bens produzidos no interior do país. (2) As somas que a população destina ao pagamento de imposto são também retiradas do fluxo rendas-despesas.

Segundo Keynes, esses três vazamentos (poupanças, importações e impostos) poderiam ser compensados de três formas: (1) as importações poderiam ser contrabalançadas pelas exportações. Para que uma quantidade de bens produzidos nos Estados Unidos equivalente à quantidade de bens importados por norte-americanos (2) O governo poderia utilizar os impostos para financiar a aquisição de bens e serviços. Se todos os impostos fossem utilizados com essa finalidade, mantendo-se o orçamento equilibrado, as despesas governamentais compensariam o recolhimento fiscal no fluxo de despesas. (3) Sempre que os empresários desejassem ampliar seu capital, poderiam financiar os investimentos em bens de capital contraindo empréstimos nos bancos onde estivessem depositadas as poupanças. Dessa forma, os investimentos contrabalançariam o vazamento representado pelas poupanças. Se essas três injecções acrescentarem ao fluxo rendas-despesas, o mesmo volume de recursos que escou atraves dos três vazamentos mencionados, os gastos corresponderão ao valor da produção. Tudo o que for produzido poderá ser vendido. Reinará a prosperidade.

No entanto, Keynes considerava improvável que o processo funcionasse, ininterruptamente, por muito tempo. Os investimentos, que, como foi dito acima, são necessários para absorver as poupanças, ampliam o estoque de capital e, consequentemente, elevam a produtividade da economia. Para que essa capacidade produtiva incrementada seja plenamente utilizada, é indispensável que a produção e a renda cresçam no período seguinte. Contudo, elevando-se a renda, haverá mais poupança, e a absorção dessa nova poupança irá requerer novos investimentos. A realização de novos investimentos não acontece porém de forma automática.

Keynes percebeu que os indivíduos de rendas elevadas tinham o hábito de poupar uma percentagem maior de suas rendas que os indivíduos de rendas baixas. Concluiu que esse padrão de comportamento era extensivo a toda a sociedade. Isso significa que o crescimento da poupança total é mais que proporcional ao crescimento da renda agregada da sociedade. Em outras palavras, à medida que se eleva o nível de rendas, uma percentagem maior dessas rendas é transformada em poupança.

Conseqüentemente, os investimentos teriam que crescer em ritmo mais acelerado que as rendas, para que pudessem absorver continuamente a poupança. Somente assim, as empresas conseguiriam vender tudo o que produzissem. Porém, quanto mais acelerado for o crescimento dos investimentos, mais rápido será o incremento da capacidade produtiva. Por essa razão, é indispensável investir somas cada vez maiores (tanto em termos relativos como absolutos) em cada período consecutivo, para que se mantenha o equilíbrio. Contudo, segundo Keynes, em qualquer economia capitalista madura, há um limite de oportunidades para os investimentos lucrativos. Por conseguinte, à medida que avança o processo de crescimento econômico agrava-se a dificuldade de encontrar canais em número suficiente para dar vazão aos investimentos de capital.

Quando se esgotam as oportunidades de investimento, os investimentos caem abaixo da poupança, e os gastos totais em bens e serviços caem abaixo do valor do conjunto de bens e serviços produzidos. As empresas não conseguem vender tudo o que produzem. Crescem os estoques de bens encalhados. Cada empresa enxerga apenas o seu problema, e como produz mais do que pode vender, no período subsequente ela reduz a produção. Acontece que o problema é extensivo a toda a economia, e como a maior parte das empresas toma a mesma decisão, ocorre, no período subsequente, uma violenta retracção da produção, com aumento do número de desempregados e declínio da renda. Em conseqüência do declínio da renda, os gastos em bens e serviços serão ainda menores. Os empresários descobrem que, mesmo a níveis inferiores de produção, não conseguem vender o que produzem. Novamente restringem a produção, e o círculo vicioso reproduz-se.

Em tais circunstâncias, as empresas encontram pouco ou nenhum incentivo para expandir seus bens de capital (pois, já estão funcionando com capacidade ociosa). Os investimentos sofrem, portanto, uma redução drástica. Cai verticalmente todo tipo de despesas. Declinando a renda, a poupança declina mais que proporcionalmente. Esse processo repete-se até que os sucessivos declínios da renda reduzam a poupança a um ponto em que ela já não excede o nível dos investimentos depauperados.

A análise de Keynes não difere radicalmente, em seus aspectos essenciais, das análises de Marx (capítulo VI) e Hobson (capítulo X). Os três consideravam como a causa fundamental de uma depressão econômica a inabilidade dos capitalistas para encontrar suficientes oportunidades de investimento, tornando-se, portanto, impossível contrabalançar os níveis crescentes de poupança gerados pelo crescimento econômico. A única contribuição de Keynes foi demonstrar que a

relação poupança/renda reconduzia a uma situação de estabilidade econômica caracterizada por níveis aviltados de renda e índices elevados de desemprego.

Marx (e também Lenin) afirmou que o mal era inerente ao capitalismo e incurável. Hobson pensava o contrário. A solução que propôs foi a adoção de medidas destinadas a suprimir as distorções na distribuição da renda e, consequentemente, reduzir a poupança. Surtiriam efeito as medidas prescritas por Hobson? Essa não é uma questão muito relevante. Nos países capitalistas industrializados, a riqueza e o poder econômico determinam o poder político, e os detentores do poder jamais se dispuseram a sacrificá-lo para salvar o sistema econômico.

Nos Estados Unidos, por exemplo, das 300.000 corporações não financeiras existentes em 1925, as 200 maiores obtinham lucros muito superiores aos das 299.800 corporações restantes combinadas. Os 5% mais ricos da população detinham praticamente a totalidade das ações e títulos do tesouro, cerca de 30% da renda do país. Desnecessário dizer que esses 5% controlavam a política nos Estados Unidos. Diante desse quadro, especular sobre o que aconteceria se a renda e as riquezas fossem radicalmente redistribuídas seria um exercício fantasioso e inconsequente.

A solução proposta por Keynes para o problema foi mais realista. Quando a poupança excedesse os investimentos, o governo deveria entrar em cena, recolhendo o excesso de poupança mediante empréstimos e investindo o dinheiro em projetos de utilidade social. A escolha deveria recair sobre projetos que não ampliassem a capacidade produtiva da economia e, ao mesmo tempo, não reduzissem as oportunidades de investimento para o futuro. As despesas governamentais injetariam maiores recursos no fluxo de gastos e criariam condições para o estabelecimento do pleno emprego, sem alterar o estoque de capital. Dessa forma, ao contrário dos investimentos de capital, as despesas governamentais não tornariam mais difícil de ser atingida com pleno emprego no período subsequente. A esse respeito, Keynes escreveu:

O Antigo Egito foi duplamente favorecido, e sem dúvida deu sua riqueza mitológica as duas atividades que possuía, a saber, a construção de pirâmides e a busca de metais preciosos, cujos frutos, já que não podiam satisfazer as necessidades da multidão, por serem inconsumentíveis, não envelheceram com a abundância. A Idade Média construiu catedrais e entrou nêniais. Duas pirâmides, duas missas para os mortos valem duas vezes mais que uma só, o que não acontece com duas estradas de ferro de Londres a York.<sup>8</sup>

Que tipo de despesas deveria o governo realizar? Keynes, pessoalmente, inclinava-se para os investimentos de utilidade pública, tais

como a construção de escolas, hospitais, parques e outras obras do gênero. Admitia, no entanto, que essas despesas beneficiariam muito mais os setores de médias e baixas rendas do que os setores de alta renda. Como o poder estava nas mãos dos ricos, estes provavelmente insistiriam em políticas que não redundassem na redistribuição da renda em favor dos setores menos aquinhoados da população. Percebeu que do ponto de vista político, talvez fosse necessário canalizar essas despesas para os cofres das grandes corporações, ainda que isso trouxesse poucos benefícios diretos para a sociedade. Como ele próprio escreveu:

Se o Tesouro enchesse garrafas velhas com cédulas bancárias, depois enterrasse as garrafas a profundidade conveniente, em minas de carvão abandonadas e, em seguida, aterrasse as minas até a superfície com entulhos da cidade e deixasse as empresas privadas, experientes nos princípios do *laissez-faire*, entregues ao trabalho de desenterrar as notas... não haveria mais desemprego... Evidentemente, seria mais sensato construir casas e coisas do gênero, mas se há obstáculos de natureza política e prática que impossibilitam isso, antes enterrar as notas que nada.<sup>9</sup>

A Grande Depressão prolongou-se por toda a década de 30, até a eclosão da II Guerra Mundial. De 1936 (ano da publicação da *Teoria Geral de Keynes*) até 1940, os economistas travaram discussões acaloradas sobre os méritos de suas teorias e de suas proposições práticas. As vésperas da guerra, quando os vários governos começaram a intensificar a produção de armamentos, o desemprego cedeu rapidamente. Durante a guerra, sob o estímulo de enormes despesas governamentais, produziu-se uma inversão da situação na maioria das economias capitalistas: a crise do desemprego cedeu lugar a uma escassez de mão-de-obra.

As forças armadas norte-americanas mobilizaram 14 milhões de pessoas, que precisavam ser armadas, aquareladas e alimentadas. Entre 1939 e 1944, a produção das fábricas, minas e indústrias de construção duplicou; a produtividade cresceu 50%. A economia norte-americana produziu 296.000 aviões, 5.400 navios cargueiros, 6.500 vasos de guerra, 64.500 barcaças de desembarque, 86.000 tanques e 2.500.000 caminhões<sup>10</sup>. O problema mais grave para a economia norte-americana durante a guerra foi a escassez de trabalho, em contraste com a taxa de desemprego de 19% que subsistiu até 1939.

## A Teoria Econômica e a Ideologia Keynesiana

Para a maioria dos economistas, as experiências realizadas durante a guerra comprovaram, no essencial, a exatidão das idéias de Keynes.

8. J. M. Keynes, *The General Theory of Employment, Interest and Money* (Nova Iorque: Harcourt Brace Jovanowitch, 1936), p. 31.

9. *Ibid.*, p. 129.  
10. Todos os dados extraídos de Hacker, *op. cit.*, p. 325.

O capitalismo podia ser salvo — proclamavam — desde que os governos soubessem fazer uso de seu poder de cobrar impostos, contrair empréstimos e despende dinheiro. Havia readquirido a convicção de que o capitalismo era um sistema econômico e social viável.

Mas a simples comprovação da viabilidade não proporcionava elementos suficientes para uma ideologia do capitalismo. A União Soviética atravessou incômune a década de 30. Em plena depressão, exibia taxas de crescimento espetaculares e total ausência de desemprego, o que vinha comprovar também a viabilidade de seu sistema econômico. Esse desafio provocou o ressurgimento da ideologia econômica neoclássica. As velhas teorias neoclássicas reapareceram escoradas numa ossatura matemática extremamente hermética e elaborada. A figura mais representativa dessa nova safra de economistas foi Paul A. Samuelson, cuja obra *The Foundations of Economic Analysis*, figura entre os estudos de maior fôlego, do ponto de vista técnico, da teoria econômica<sup>11</sup>. Em 1947, a Associação Econômica Americana conferiu-lhe a primeira medalha John Bates Clark, classificando a sua obra como a contribuição de maior projeção para a ciência econômica realizada por um economista com menos de 40 anos de idade. A obra pesou consideravelmente também na decisão de conceder a Samuelson o Prêmio Nobel de economia em 1970.

Samuelson exerceu profunda influência sobre a ideologia econômica dominante nos últimos 25 anos. Sua obra de introdução à economia, *Economics*, foi reeditada nove vezes, traduzida para quase todas as línguas importantes e vendida aos milhares<sup>12</sup>. A primeira edição surgiu com a finalidade de explicar, numa versão simplificada, as idéias de Keynes. Nas edições subsequentes, observa-se a presença cada vez mais marcante da ideologia clássica tradicional. Em 1955, Samuelson apresentou sua "grande síntese neoclássica", uma tentativa de fundir as idéias keynesianas com as doutrinas neoclássicas. A teoria keynesiana proporcionaria os conhecimentos necessários para manter a economia funcionando a pleno emprego. Nesse contexto keynesiano, operaria o sistema de mercado, alocando recursos segundo os veneráveis princípios da ideologia neoclássica. Quase todo estudante de economia formado nos últimos 25 anos aprendeu suas noções elementares no livro-texto de Samuelson, ou com alguns dos muitos autores que nada mais fazem do que reproduzir sua visão da matéria e conteúdo.

Após 1945, a teoria econômica keynesiana converteu-se em ortodoxia, tanto para os economistas quanto para a maioria dos políticos. Nesse ano, quase 3 milhões de veteranos foram desmobilizados. Em 1946, mais 11 milhões vieram engrossar as fileiras da força de trabalho civil. Os congressistas e economistas temiam que o regresso desses contingentes pudesse precipitar uma nova depressão. Sem perda de tempo, puseram em prática os preceitos keynesianos. A Lei do Emprego, aprovada em 1946, transformou em obrigação legal do governo usar o poder de cobrar impostos, contrair empréstimos e despende dinheiro com a finalidade de manter o pleno emprego. A lei declarava: "O governo federal tem como responsabilidade e por programa de ação permanente recorrer a todos os meios que estiverem ao seu alcance... com a finalidade de proporcionar e manter... oportunidade de emprego útil, incluindo empregos autônomos, a todos os que estiverem habilitados, dispostos e disponíveis para o trabalho, bem como elevar a níveis máximos o emprego, a produção e o poder aquisitivo". Pela primeira vez o governo dos Estados Unidos assumia a responsabilidade formal pela manutenção dos níveis de emprego, o que não quer dizer que tenha se empenhado efetivamente em proporcionar pleno emprego a toda a população.

As políticas econômicas keynesianas funcionaram? A resposta a essa questão é muito complexa. Desde a II Guerra Mundial, não se repetiram grandes depressões nos Estados Unidos. Registraram-se, no entanto, cinco recessões (eufemismo empregado modernamente para designar depressões suaves): em 1948-1949, com duração de 11 meses; 1953-1954, com duração de 13 meses; em 1957-1958, prolongando-se por 9 meses; em 1960-1961, também por 9 meses; e a recessão de 1969-1971 que durou dois anos.

Devido a essas recessões, o desempenho da economia na década de 50 deixou muito a desejar. A taxa real de crescimento do PNB foi de 2,9%, bem inferior, portanto, aos 4,7% correspondentes ao período 1920-1929, ou mesmo aos 3,7% correspondentes aos períodos 1879-1919. A fase áurea da economia norte-americana situa-se na década de 60, quando as taxas de crescimento oscilaram em torno de 5%.

Durante a década de 50 e no princípio dos anos 60, o índice de desemprego foi em média de 4,5%, caindo, em meados da década de 60, para 3,5%. A inflação tem sido um problema persistente desde a II Guerra Mundial. De 1945 a 1968, o crescimento médio anual dos

## A Eficácia das Políticas Económicas Keynesianas

11. Paul A. Samuelson, *The Foundations of Economic Analysis* (Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1947).

12. Paul A. Samuelson, *Economics* (Nova Iorque: McGraw-Hill, 1948).

preços por atacado foi de 3,8% (esse crescimento foi mais pronunciado na década de 40); de 1968 a 1970, essa percentagem elevou-se para cerca de 5%. Entre 1969 e 1971, a inflação conjugou-se com uma recessão econômica, e o índice de desemprego saltou para mais de 6%.

A ocorrência simultânea de níveis elevados de desemprego e taxas elevadas de inflação levou o presidente Nixon a tentar, num primeiro momento, congelar os salários e os preços, e em seguida, submeter ao controle governamental o crescimento dos salários e dos preços.

Economistas como Samuelson atribuem o bom desempenho da economia norte-americana na década de 60 às políticas keynesianas e às vultosas despesas governamentais decorrentes delas. Não conseguem, porém, explicar a inflação que acompanhou todo o período. Antes de colocar em julgamento esse desempenho, convém perguntar o que o governo norte-americano erigiu em lugar das pirâmides do Egito e das catedrais da Idade Média. Em 1960, escreveu um observador: "Poucos entre aqueles que falam em nome do futuro discutem com franqueza um aspecto central do crescimento que experimentamos nas duas últimas décadas. Refiro-me ao fato de que nossa grande prosperidade coincidiu com a eclosão da II Guerra Mundial, e que desde então o seu prolongamento esteve muito mais ligado a uma demanda econômica de caráter militar do que puramente civil"<sup>13</sup>.

## A Economia de Guerra

Em 1940, as despesas de caráter militar totalizaram 3,2 bilhões de dólares, ou 3,2% do PNB. Em 1943, no auge da II Guerra Mundial, as despesas militares devoraram quase 40% do PNB, e os lucros atingiram níveis sem precedentes. A guerra proporcionou aos capitalistas um exemplo claro de como as despesas governamentais de caráter militar podiam pôr termo a uma depressão e assegurar altos retornos para o capital.

Em 1947, as despesas militares caíram para 9,1 bilhões de dólares, ou seja 3,9% do PNB. Durante a década de 60, os gastos militares, acompanhando o rápido crescimento da economia norte-americana, aumentaram, aproximadamente, na mesma proporção que o PNB. Se fossem levadas em conta outras despesas de caráter militar que não figuram no orçamento de "defesa", o total referente aos últimos anos oscilaria em torno de 15% do PNB<sup>14</sup>. Os Estados Unidos destinaram, e continuam a destinar ao militarismo somas muito superiores às dos outros países, em termos absolutos, em termos relativos e *per capita*.

Essas vultosas despesas governamentais nutriram a expansão do chamado *complexo industrial-militar*, no qual se apoiou, em larga escala, a prosperidade econômica do pós-guerra. Seus contornos essenciais foram descritos da seguinte maneira:

O Estado bético que construímos no decurso das duas últimas gerações tem uma ampla escala. No alto da pirâmide está o chamado complexo industrial-militar, que compreende, em primeiro lugar, o Departamento de Defesa do governo federal e satélites como a CIA e a NASA. Os admirantes e generais, os cientistas espaciais e os homens dos serviços de inteligência, bem como todos os burocratas governamentais empenham-se ativamente em fortalecer a sua influência. Com essa finalidade, cultivam boas relações com congressistas e senadores, fixam estabelecimentos militares em distritos politicamente estratégicos e distribuem generosos favores aos legisladores. Antigos militares são enredados numa ampla malha de influência, através de associações vinculadas ao Exército e à Marinha ou através dos organismos de veterânicos. Os militares são escorados pela vertente industrial desse complexo, isto é, pelas grandes corporações das quais dependem para o fornecimento de equipamento bélico moderno. Algumas dessas corporações destinam o grosso de sua produção aos militares. E o caso, por exemplo, da North American Aviation, a Lockheed Aircraft, a General Dynamics, e McDonnell-Douglas e a Thiokol Chemical. Outras são fornecedoras importantes de material bélico, mas vendem a maior parte do que produzem nos mercados civis. Estão incluídas nessa categoria a Western Electric, a General Motors, General Electric e a IBM. Há ainda as corporações, como a Dupont e a General Motors, que apenas ocasionalmente firmam contratos de fornecimento com os militares.<sup>15</sup>

Uma pesquisa realizada recentemente comprovou o peso que tem a produção para fins militares no contexto da economia norte-americana. A pesquisa indicou que as cinco principais indústrias militaristas respondem por 7,9% de todos os empregos em Nova Iorque, 12,3% em New Jersey, 13% no Texas, 14,5% em Massachusetts, 15,7% em Connecticut, 30% em Kansas, 31,4% na Califórnia e 38,4% em Washington<sup>16</sup>.

As despesas militares desempenham exatamente o mesmo papel que Keynes atribuía à construção de pirâmides na economia do Egito Antigo. Para os generais e a maioria dos políticos, um potencial de destruição à distância multiplicado por dez é duas vezes melhor que o mesmo potencial multiplicado por cinco, dois sistemas ABM (mísseis antibalísticos) valem duas vezes mais que um só, e duas vezes menos que quatro sistemas. Embora seja difícil convencer o público disso, o imenso volume de pesquisas financiadas pelo complexo industrial-militar impõe-se a qualquer argumento. Os argumentos e sistemas de ataque à distância são rapidamente substituídos por novos modelos. O público é bombardeado com histórias horrorosas para que se convença da necessidade de novas escaladas na corrida armamentista, e de que os modelos "obsoletos" (que na maioria das vezes nunca foram usados) devem ser atirados no ferro velho.

13. Robert Heilbroner, *The Future as History* (Nova Iorque: Harper & Row, 1960). p. 133.  
14. Ver, por exemplo, Daniel R. Fustéld, "Fascist Democracy in the United States", *Conference Papers of the Union for Radical Economics*, dezembro de 1968, p. 11, 34-35.

15. *Ibid.*, p. 13.  
16. *Ibid.*, p. 15.

As despesas militares mantêm a indústria de bens de capital operando próximo à sua plena capacidade, sem elevar a capacidade produtiva da economia tão rapidamente como seria o caso se ela estivesse produzindo bens de capital exclusivamente para as indústrias. A demanda já não tende a cair abaixo da oferta com tanta persistência como antes. As despesas militares elevam a demanda, mas não alteram a produtividade.

A negligência com que encaram as consequências dessa prosperidade sustentada pelo militarismo, conforme os preceitos keynesianos, constitui "a maior parte de todas as omissões dos economistas"<sup>17</sup>. Esse tipo de teoria econômica conduziu a "uma visão anti-histórica, tecnicista e mecanicista, apolítica do que é a economia e de como ela funciona"<sup>18</sup>.

Raros foram os economistas keynesianos que se mostraram dispostos a combater as implicações do militarismo enquanto instrumento a serviço da política econômica.

A economia dos armamentos é o principal instrumento keynesiano dos nossos tempos. Contudo, mascara-se o seu uso e os seus efeitos nocivos sob a alegação de que é de "interesse nacional". Sua consequências internacionais são profundamente corruptoras e desestabilizadoras. Extensos segmentos da sociedade são levados a aceitá-la e a depender dela de maneira totalmente acrítica. Poucos são capazes de avaliar os seus efeitos a longo prazo. A economia dos armamentos fez muito mais que distorcer o uso do escasso talento criativo no campo da ciência e da engenharia... Obrigou-nos a negligenciar um vasto leque de necessidades sociais prioritárias, e as consequências dessa negligência põem em perigo a própria tessitura de nossa sociedade.<sup>19</sup>

## Resumo

A severidade da Grande Depressão na década de 30 levou muitos economistas a romperem com a visão neoclássica ortodoxa, segundo a qual o desemprego constitua um "ajuste" meramente conjuntural e efêmero ante uma situação de desequilíbrio temporário. As novas idéias propostas por Keynes conquistaram ampla aceitação entre os economistas de maior renome. A II Guerra Mundial veio comprovar a tese de que a intervenção governamental em escala macia podia efetivamente assegurar o pleno emprego. Na realidade, Hitler já havia colocado em prática essa política na Alemanha durante a década de 30. Desde a guerra, não ocorreram outras grandes depressões nos Estados Unidos.

A maioria dos economistas atribui o bom desempenho do capitalismo norte-americano às vultosas despesas governamentais. Os críticos sustentam, contudo, que o preço social dessa prosperidade prolongada foi a criação de um complexo industrial-militar que, atualmente, coloca em perigo a própria existência da sociedade americana. Se essa visão for correta, é possível concluir que as teorias de Keynes proporcionaram à ideologia neoclássica elementos para que ela enfrentasse o mais importante problema econômico da década de 30, mas, ao mesmo tempo, obscureceram ou agravaram outros problemas. Alguns desses problemas e as ideologias contemporâneas do capitalismo serão examinadas no Capítulo XII.

17. Sumner M. Rosen, "Keynes Without Gadflies", em T. Roszak, editor, *The Dissenting Academy* (Nova Iorque: Random House, Vintage Books, 1968), p. 83.

18. *Ibid.*, p. 85.

19. *Ibid.* p. 86-87.